Ata da sessão ordinária da assembleia municipal de Tondela de 19 de dezembro de 2019

Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezanove, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Tondela, no edifício do auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de ser dado inicio à sessão, tomaram posse os membros Ana Miroto, em virtude do membro José Carlos Coimbra ter solicitado a sua substituição até agosto de 2020, Martinho Loureiro, Alfredo Cabral em virtude dos membros, respetivamente Paulo Albernaz e Marisa Fernandes terem solicitado a sua substituição por um dia.

Iniciados os trabalhos pelo senhor presidente da mesa da assembleia municipal, foram entregues na mesa três credenciais dos senhores presidentes da junta de freguesia de Canas de Santa Maria, Lajeosa do Dão, de Santiago de Besteiros à luz da qual se fizeram representar, respetivamente, por: João Carlos Figueiredo, Firmino dos Santos, João Paulo Ferreira de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

De acordo com a folha de presenças faltaram os membros: Marta Coimbra, que justificou a sua falta, tendo sido relevada pela Mesa da Assembleia.

1-Período de antes da Ordem do Dia

1.1Discussão e votação da ata da sessão ordinária de 2 de setembro

Não tendo havido intervenções, a ata da assembleia, ordinária de 2 de setembro, foi colocada à votação tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de setembro.

1.2. Discussão e votação da ata da sessão extraordinária de 18 de outubro

Não tendo havido intervenção, a ata da assembleia extraordinária de 18 de outubro, foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade pelos presentes na sessão de outubro.

1.3. Leitura de expediente

Foi presente à assembleia o livro "A Valorização do Papel e da Eficácia das Assembleias Municipais" enviado pela Associação das Assembleias Municipais; um ofício enviado pelo senhor José Carlos Henriques Vieira Coimbra, que informa a assembleia municipal, que nos termos do artigo 3 da Lei 29/87, de 30 de junho, exerce funções de sócio gerente não remunerado nas sociedades: Sociedade Tondagro – Construções Melátias Lda; Sociedade Vale de Marcos – Exploração Agro Pecuária Lda; Sociedade Agrovicol Lda. Pareceres e clipping de noticias/ síntese jurídica enviada pela Associação de Assembleias Municipais. Projeto de resolução do PEV, no âmbito da avaliação da aplicação da Lei 69/2014, de 29 de agosto e informação do pedido de agendamento do projeto de resolução de Reversão da privatização dos CTT. Moção aprovada pelo encontro distrital da FENPROF. Moção aprovada pela assembleia CIM Viseu Dão Lafões, no âmbito "Pela instalação do Centro Oncológico no Centro Hospitalar Tondela Viseu". Plano de atividades e orçamento para o ano de 2020 da CIM Viseu Dão Lafões. Relatório de atividades e financeiro enviado pela câmara municipal de Tondela. Jornais: "Associação" e "Voz das Misericórdias".

De seguida, tomou da palavra o senhor presidente da assembleia municipal de Tondela que informou que foi notificado pelo DIAP de Coimbra, no âmbito do processo 1596/17.3T9VIS, para se constituir, caso assim o entendesse, como assistente no referido processo. Atendendo a que este entende que o processo diz respeito diretamente e pessoalmente ao senhor presidente da câmara e ao senhor vereador, remeteu a notificação à câmara municipal para adotar as diligências que entenda.

1.4. Exposição oral pelos Membros da Assembleia

Iniciou este ponto da ordem de trabalhos, o grupo parlamentar do PSD.

Interveio o membro João Carlos Figueiredo, que apresentou uma moção no âmbito da melhoria das respostas clinicas e da prestação de cuidados de saúde das unidades hospitalares do Centro Hospitalar de Tondela / Viseu. Anexo 1

Seguidamente, interveio o membro Guilherme Duarte anexo 2

Tomou da palavra o membro Regina Coimbra, que se transcreve:

"Bom Dia,

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

A SAÚDE ESTÁ DOENTE E NÃO HÁ REMÉDIO QUE A SALVE!

Todos os dias, na comunicação social se ouvem notícias de encerramentos de serviços no hospital X, Y ou Z!! Encerramento de urgências!!!

As notícias reportam situações de norte a sul do país!

O Partido Socialista que se proclama pai do Sistema Nacional de Saúde, pouco tem feito para melhorar o Sistema e nos seus 40 anos de existência, está agora pior do que nunca!

Ouve-se por aí que 30% de vagas nos hospitais estão por preencher, porque será?

Metade dos especialistas têm mais de 50 anos, e centenas de médicos pedem escusa de responsabilidade por falta de meios, onde os enfermeiros e auxiliares escasseiam e onde urgências fecham sem datas para a sua reabertura, e os doentes, idosos e crianças, passam dias a fio em macas nos corredores. E não é necessário sair da nossa área geográfica para encontrar realidades que diariamente prejudicam as nossas

populações. A Senhora Ministra Marta Temido, que por acaso é especialista em Gestão Hospitalar, tem um cenário arrasador na sua tutela, mas o seu sorriso espelha que tudo está a funcionar na perfeição! Como se o acumular de dramas com a vida das pessoas fosse um simples caso de parentalidade partilhada. Olhe-se para a leviandade com que se abordam os factos: em Maio seis chefes de equipa de Medicina Interna do Serviço de Urgência do Centro Hospitalar Tondela - Viseu demitiram-se, mas segundo a administração este facto em nada afetou as urgências.

Ainda bem que não causou transtorno, porque inúmeros são os casos de consultas de medicina interna canceladas no início do Verão e que ainda não foram remarcadas, nem quero pensar no número que representará se multiplicar por todos os utentes da Região que dependem deste serviço.

Trivialidades, dirá o Senhor Primeiro Ministro.

Foquemo-nos no distrito de Viseu, as obras da urgência do hospital são encaradas como uma prioridade em 2015 pelo então Primeiro-Ministro Passos Coelho. Em 2016 lança-se o concurso público internacional, adjudicam-se em 2017 e estariam concluídas em 2019. Mas estamos no final do ano e nada! É verdade, meus Senhores, NADA!!!Estas intervenções para ampliação das urgências teriam uma comparticipação de 85% de fundos comunitários, e 15%, vá 50 000,00€/mês caberia ao Estado Português, num custo total estimado de 5,7M€. E não é que, o Senhor Ministro das Finanças optou pelas cativações em vez de optar pelos utentes. Mas, em ano eleitoral lá autorizou a despesa, entretanto as condições apresentadas aquando do concurso já não eram condizentes com a realidade atual, e a empresa que tinha adjudicado a obra já não está interessada em realizar a obra por aquele valor!

Agora e para tentar fazer parecer que se preocupam com o que aconteceu, foi lançado novo concurso nacional e lá para 2024 temos as urgências ampliadas. Temos de ter esperança!

Neste momento um serviço de urgência que tinha capacidade para 200 doentes, e que serve mais de meio milhão de utentes em serviços de primeira e segunda referenciação, em picos de procura atinge os 700 utentes diários.

E Centro Oncológico? Não é curioso que atual ministra na qualidade de Presidente do ACSS tenha dado parecer favorável à sua implantação e hoje, na qualidade de Sr.ª Ministra da Saúde, cheia de complexos ideológicos, opte por retirar esta valência à Região?! O Ministério da Saúde não tem projeto, não tem financiamento e ao invés de garantir o acesso universal a cuidados de saúde, independentemente de quem os preste, prefere que estes utentes, por si já fragilizados, se tenham que deslocar a grandes metrópoles, porque para eles o interior não existe."

De seguida foi a vez do grupo parlamentar do PS, tendo intervindo o membro Rui Santos:

"Senhor presidente da assembleia, restantes membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Bom dia a todos.

Ontem, assinalou-se os trinta e dois anos de elevação de Tondela a cidade.

Para lembrar, à época, o meu papel, independentemente de outros e pela primeira vez em órgãos distritais e na comunicação pública foi fazer-se publicar uma moção pela elevação da sede de dois municípios do distrito a cidade, foi num congresso realizado, em Viseu, da distrital do Partido Socialista, no antigo auditório da Feira de S. Mateus, uma moção apresentada por mim, no sentido de propor a elevação de Tondela e Mangualde, a cidade. O processo de Mangualde avançou mais rapidamente, porque o desenho do centro urbano envolvia um conjunto de condições, a concentração urbana de Mangualde já era próxima dos 10 000 habitantes, que era o que na altura se exigia. Fruto da iniciativa dos parlamentares de mais do que um partido, o processo acabou por avançar mais rapidamente em Mangualde, mas vindo também a consolidar-se em Tondela. Se faço esta referencia é para lembrar uma preocupação de todo o país e que a nós nos deve preocupar. Tondela, na altura, era o segundo concelho com mais população, do distrito de Viseu,

tinha perto de 40 000 habitantes. Hoje teremos cerca de 29 000. Não é só com o concelho de Tondela que isso acontece. Mas, isto deve-nos fazer pensar o que significa de facto a desertificação e o que se pode fazer, porque é um problema difícil de resolver para minimizar esta situação.

O deputado João Carlos fez aqui um desafio. Quero dizer que a mesa, através do nosso 1º secretário, fez há pouco a referencia a uma moção, aprovada por unanimidade na ultima assembleia intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, proposta por elementos do Partido Socialista e que refere exatamente os dois casos. Alias, os senhores não estão distraídos, como sabem antes da realização dessa assembleia, o Jornal de Tondela tinha publicado um comentário que costumo fazer, até mais ríspido do que o comunicado e se calhar eu próprio não serei estranho à existência dessa moção da assembleia intermunicipal. Obviamente, não iria apresenta-la, nem puxar outras questões, porque sou presidente da mesa e não seria eu a tratar isso. Independentemente de duas ou três informações que vou dar a seguir, nós subscreveremos esta moção.

Tenho acompanhado este caso com especial interesse e usado várias vezes a qualidade de presidente da assembleia intermunicipal que é aquela que me permite ter mais acesso a alguma informação. Ainda não foi aberto nenhum concurso. Foi preparado o caderno de encargos e o processo de concurso está aberto à decisão. Trata-se de um concurso plurianual. O caderno de encargos prevê um encargo aumentado de 800 000€ em relação aquilo que era o anterior e está obviamente para decisão na Secretaria de Estado do Tesouro que é quem tem competência. Na aprovação do Orçamento de Estado e no Plano de Investimentos de Saúde está considerado e já foi comunicado ao Centro hospitalar Tondela / Viseu. O que não quer dizer que já está autorizada a abertura de concurso. Isso preocupa-me, a mim, como nos preocupa a todos nós. Por isso mesmo subscreveremos esta moção.

Outra situação que me tem preocupado e nessa posição, com o senhor presidente somos concordantes, é a questão do IP3. Não sei se a questão, finalização do IP3, está ou não atrasada. É provável que haja algum atraso na elaboração do projeto. Mas, é obvio que o Orçamento de Estado deste ano não tem de inscrever verba para aquilo que não está previsto para realização neste ano. O que está no Orçamento de Estado é aquilo que está

assegurado, neste momento. Os projetos estão a ser elaborados e estão pendentes, devido ao estudo de impacto ambiental. Se esta questão se atrasa, é outra questão, que também me preocupa. Como sabem, e o senhor presidente da câmara pode falar sobre isso, a comunidade intermunicipal tem um grupo de acompanhamento criado para este processo do IP3. Esta informação que estou a dar é a informação que está na posse, neste momento, da comissão de acompanhamento.

Quanto à saúde é uma preocupação de todos nós. Mas queria chamar à atenção de uma situação. Independentemente das dificuldades que existem, é bom que se tenha em conta esta dado extremamente interessante. Portugal, tem cerca de 136 médicos a mais do que a média europeia por cem mil habitantes. Alguma coisa haverá de estranho, independentemente das questões remuneratória que são importantes e que, com certeza terão de ser revistas, para que haja uma série de locais para que os médicos não queiram estar nesses hospitais. Grande parte dos concursos que abrem, ficam desertos. Este processo já se verificou, há uns anos largos atrás, com os professores, quando haviam relativamente poucos para preencher os lugares existentes.

Gostaria que o senhor presidente da assembleia municipal me fizesse chegar cópia dos pareceres emitidos pela Associação de Assembleias Municipais e do processo do DIAP."

Foi dada a palavra ao grupo parlamentar do CDS que declinou o convite para intervir.

2-Período da Ordem do Dia:

2.1. Apreciação das atividades da Câmara nos termos da alínea a) do nº2 do artigo 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro

O presidente da assembleia municipal deu a palavra ao senhor presidente da câmara que interveio:

"Muito bom dia a todos.

Senhor presidente da mesa, mesa, assembleia municipal, público presente, comunicação social.

Dar nota, que os temas globais rodaram à volta da saúde e do IP3. Basicamente são as questões que mais preocupam as pessoas, os nossos munícipes e acima de tudo a nossa região.

Sobre as questões da saúde, de facto o retrato aqui trazido corresponde aquilo que são as evidências. No que diz respeito à ampliação das urgências, que tem uma taxa de procura diária superior a 500 pessoas e, nos picos de verão, ainda maior, obra esta que era suposto ter-se iniciado em 2017 e que hoje estaria concluída. Primeira conclusão dada e confirmada pelo número que o Dr. Rui Santos aqui tráz: a não realização da obra no tempo em que estava previsto implica uma despesa pública adicional de mais 800 000€ para a mesma obra. Quando aqui se diz que teve de ser revisto o orçamento, não é que a obra seja diferente, é para a mesma obra. A mesma obra que ainda não foi lançada a concurso, porque mais uma vez a cativação não lhe permite ter disponibilidade orçamental, a mesma obra, nas mesmas condições, implica hoje o Estado, em mais 800 000€. Ou seja, tanto quanto custaria a contrapartida nacional se a tivesse lançado lá atrás. São estes os factos, com preocupação para todos nós. Acho que as bancadas dos partidos têm vindo a convergir para a mesma preocupação. Uma preocupação de serviço público, de resposta às nossas populações. Mas, a par desta questão do atraso, neste momento, ninguém em consciência poderá dizer quando vai começar a obra. Além disso, é um facto que tem havido rotura de profissionais em muitos serviços.

Dizia o Dr. Rui Santos que a média do país apresenta cerca de 136 médicos a mais do que aquilo que é média europeia, para uma população de 100 000 pessoas. Se há mais médicos e pior serviço, há um problema de gestão que é transversal. Há um problema de saúde primária que hoje já melhorou muito, mas que ainda continua a ser um problema de acessibilidade à saúde primária. E tudo isto vem agudizar aquilo que são as perspetivas futuras. É óbvio que, com isto, não podemos esquecer que hoje Portugal é o terceiro país mais envelhecido da Europa e que daqui a escassos 30 anos será o país mais envelhecido da Europa. Quanto isto pode representar de positivo, porque há mais esperança de vida, é mais felicidade para as pessoas. Mas, também, é mais necessidade de assistência

médica. Portanto, quer dizer que os cuidados de saúde cada vez serão mais diferenciados, com maior necessidade de profissionais e isto tem de ter um enquadramento nacional. Aliás, com a mesma clareza aqui o digo, as politicas púbicas, mesma à escala municipal, daqui a 10 ou 15 anos, terão de ser repensadas face ao peso demográfico e à inversão da estrutura demográfica que nós teremos, também, nos nossos territórios.

No sábado passado, no almoço de natal da Santa Casa da Misericórdia de Tondela, refletia com as pessoas que estavam na mesa, sobre esta realidade. O número de IPSS que temos no nosso concelho e a resposta que é dada em sede de apoio domiciliário evidencia que já não tem retaguarda familiar ou se a tem não tem as condições necessárias para a qualidade que essa pessoa precisa. A tendência da pessoa que está com apoio domiciliário é de seguida ser integrada em ERPI. Têm as nossas estruturas capacidade de resposta? Temos recursos financeiros para poder suportar quantias quase sempre acima de 1 000€ por mês? Tem a estrutura social do Estado a produção de riqueza suficiente para alimentar a contribuição social que é necessária? Não estou a fazer outra coisa que não seja um exame de reflexão para um futuro. Acho que os problemas que vamos ter num futuro próximo não são problemas de mobilidade, porque de uma forma ou de outra serão resolvidos. Não são problemas de acesso a serviços. Serão problemas de criação de riqueza, porque sem criação de riqueza com valor acrescentado, não geramos receita para poder pagar a responsabilidade, que todos temos, na prestação da qualidade de vida que desejamos. Todos temos, porque hoje o rácio dos que descontam para aqueles que beneficiam de segurança social já não é de 3 para 1, como acontecia há 20 anos. Hoje pouco mais de 1 pessoa desconta para 1 que está a precisar de apoio social ou de prestações sociais. Isto não é uma questão de pensamento liberal ou ultrarradical de esquerda. É o pensamento de alguém que olha para o país, que olha para a região e que por isso sente estas preocupações.

Há 32 anos, não tínhamos 40 000 pessoas. Os dados dos Censos em 1991, diz-nos que estaríamos com 32 000 pessoas. Em 2001, baixamos mais de 1 000 pessoas. Em 2011, cerca de 29 000 pessoas, que é a população que hoje temos. Se não continuamos a descer, é porque estamos a estabilizar. E pode ainda não ser suficiente, mas estamos a atrair pessoas para residir no nosso concelho. Se assim não fosse, estaríamos continuamente a

descer. Quem é que não encontra brasileiros a trabalhar, indianos na área da pastelaria e restauração ou também sul africanos.

Há precisamente 32 anos, rara era a família que não tivesse 3 a 4 filhos. Hoje, existir 1 filho, no limite 2, já é algo que não é tão vulgar como isso. Mais do que outras razões, há um problema demográfico em todo o país. Todos fizeram diagnósticos, mas quais foram as políticas que se inverteram para que tenhamos alterações neste processo? Partilhei, na conferência realizada em Tondela em conjunto com o Jornal Expresso, em que na boa verdade continuo a acreditar que precisamos de uma alteração de politicas principalmente no Código de Trabalho. Quando falo em flexibilidade não é a flexibilidade da entidade patronal em poder gerir, é a flexibilidade dada em particular à mãe que precisa de ter um regime que lhe permita ter equipados dois objetivos, a proteção de maternidade e a realização profissional. Se isso implicar ter um horário que possa ser ajustado às necessidades, tem de se criar. Se isso implicar ter um sistema de proteção social, como acontece em alguns países mais desenvolvidos, sobretudo na Europa, e por isso começaram a contrariar a tendência demográfica, também temos de o pensar. O mesmo se passa com os cuidadores informais. Se, como disse, uma prestação em lar é superior a 1 000€, porque é não podemos ter prestadores informais, que tenham dois idosos ao seu cuidado e consequentemente o custo do Estado seria viável para assegurar esse posto de trabalho? Há várias matérias que julgo que importa refletir de forma despartidarizada, mas acima de tudo a pensar que para além dos partidos há um país e, para além do país, há pessoas com problemas.

Questão do IP3, para ser claro sobre estas questões. A factualidade ninguém a ignora. Em janeiro de 2019, o senhor primeiro-ministro, o então ministro das infraestruturas, Pedro Marques, na zona da Foz do Dão, conjuntamente com sociedade civil, as autarcas das CIM´s da região de Coimbra e Viseu Dão Lafões, todos constituíram um pacto de interesse regional. Este pacto passava por, de imediato, a consignação da obra de beneficiação do troço entre Penacova e a Foz do Dão, que incluía beneficiação de pavimento, colocação de separadores centrais e execução, em alguns locais, de drenagem de água pluviais. Além de, na ponte do Cunhedo, ser feita uma passagem desnivelada para evitar a viragem à esquerda. Estas obras representavam, o que naquele

momento foi consignado para visto do Tribunal de Contas e esperava-se que, no mês de março ou abril, se iniciassem as obras, por um período de 300 dias. Ao mesmo tempo, foi ali anunciado que, de imediato, seria lançado o concurso para o projeto de toda a parte restante, ou seja, Foz do Dão, limite de Santa Comba Dão / Mortágua, até praticamente ao limite do concelho de Tondela e de Penacova a Souselas. Nestes troços a via seria duplicada, separador central, com perfil de autoestrada. Foi isto que foi anunciado e acertado com todos. O projeto seria de imediato lançado para concurso, perspetivava-se que fosse de cerca de seis milhões de euros e que esta obra em finais de 2022 estivesse toda ela concluída, pois na altura falaram, em 3 a 4 anos de obra. Ora, se estávamos em 2019 daí a lógica.

Depois disso, tivemos eleições europeias em maio de 2019 e o novo ministro das infraestruturas, Pedro Nunes Santos, o primeiro ato que tem sobre esta matéria, é dizer que os calendários estavam mal calculados. Continuo a dizer que não acredito que seja um ministro que indique calendários, certamente que são os serviços das Infraestruturas de Portugal. Pergunto: o que é que levou, no mesmo governo, a que tenhamos um ministro que tinha um calendário e passados poucos meses temos um novo calendário? Qual é o novo calendário? Continua com as obras que estão em curso, que são cerca de 12 milhões de euros. E estarem cerca de 7 milhões de euros no Orçamento deste ano, digo que é um mau princípio. Se tivesse sido feita a execução que estava prevista em 2019, não teríamos 7 milhões, mas teríamos 2 ou 3. Hoje já a obra deveria estar praticamente executada.

Sobre o projeto, em que fase é que estamos? Essa é que é a questão importante. O projeto foi ganho por uma empresa que tem como titular principal a Cova, empresa de projetistas nacional de referencia e que está numa fase atrasada. O projeto começou com maior desenvolvimento, levantamentos e estudo iniciais, do lado de Souselas até Penacova. Não há objetivamente mais do que reuniões em que os municípios facultaram aquilo que era necessário facultar, que são as cartas de condicionantes e os PDM. Sobre aquilo que é estrutural ainda não se conhecem alternativas.

Das várias reuniões que temos mantido com as Infraestruturas de Portugal está neste momento uma discussão que é o facto de não se conseguir fazer a obra de uma vez só, o que já sabíamos, pelo que vai ter de ser desenvolvida por troços. E qual é o primeiro

troço que avança? Souselas / Coimbra? O troço Lagoa Azul /Tondela? O troço Tondela limite Viseu? Ainda estamos nesta fase. Mas, há mais dados. Como é sabido a obra tinha uma estimativa de cerca de 130 milhões de euros. E, foi por isso tudo e considerando que a zona de Penacova tinha de ter uma alternativa por causa dos impactos geológicos na Livraria do Mondego, e que essa alternativa seria relativamente cara, por isso se acordou que esse troço seria para uma segunda fase e que se iriam concentrar as energias nos restantes sem portagens e com perfil de autoestrada. Tínhamos e temos um problema de constrangimento na designada descida do Rojão, quem vem no sentido de Viseu / Tondela. No estudo estava salvaguardada a possibilidade de uma alternativa a essa descida. O que tem sido discutido em sede desta CIM é analisar as três propostas de alternativa à descida do Rojão. Uma, fazendo uma alternativa à esquerda, na zona de Couto de Mosteiro. Outra, trabalhando em cima do próprio IP3, o que não é impossível, mas que implicaria duplicar ponte. Observe-se que o melhor troço é Santa Comba / Tondela, salvo o facto de não ter separador central, que era importante, mas em termos de perfil não é o mais critico. A terceira alternativa, implicaria entrar um pouco no IC 12, passar por trás do Vimieiro, uma nova ponte sobre o Dão e encaixar em Treixedo. Estas duas alternativas, a primeira e a ultima, representam cerca de 60 milhões de euros. Acho que todos nós devemos refletir sobre isto. Se inicialmente existiam 132 milhões para todo o IP3 e se agora para uma alternativa de 10 a 12 Km, pensam gastar 60 milhões, então a obra dispara para 200 milhões de euros. Há dinheiro para isso? Se há, há razão para se pedir que no troço de Penacova se mantenha o IP3 como alternativa e, o que sempre defendemos, se faça já, se necessário portajado como sempre o defendemos. Por este caminho, existem 200 milhões de euros? Qual é o calendário de execução? O que o ministro agora diz é que o calendário de execução é: até final de 2021 o projeto, com estudo de impacto ambiental; a partir daí lançar concursos para obra. Acho que nenhum de nós acreditará que mesmo que haja dinheiro o IP 3 esteja todo concluído antes de 2025. Existe dinheiro? Ou vamos avançar para uma solução de SCUT? O meu compromisso é igual ao que tive na primeira hora, se não há dinheiro para tudo, que se faça aquilo que é mais urgente. A minha preocupação, e quero deixar bem claro à assembleia municipal, é que de derrapagem em derrapagem, um dia quando acordarmos esta obra mais uma vez se atrase e isso não aceito, não posso tolerar. Há um pacto regional que envolveu autarcas,

a CIM, associações empresariais, comissões de utentes. Ainda não chegámos a analisar a zona mais critica de Tondela que é a inserção deste perfil, de cerca de 20 metros de largura, em cima de uma malha urbana, como sabemos entre o Nó de Valverde e o nó sul de Tondela. Este troço foi feito no início dos anos 80, como variante a Tondela, não era IP3. Era uma variante, pelo que tem vários constrangimentos do ponto de vista urbano. Queremos saber como é o perfilhamento deste tabuleiro, quais são as medidas de impacto que lhe estão associadas, há várias infraestruturas nos caminhos paralelos com autorização das Infraestruturas de Portugal. Temos tudo isto cadastrado e estamos à espera de poder acompanhar estas questões.

Faço, aqui, uma ultima referencia às questões que estiveram inerentes ao congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Como é sabido o congresso terminou com o senhor Presidente da Republica, ou seja, as matérias que aí colocou julgo que foram bem explicitas. Não pode haver nenhum modelo de regionalização que não tenha o prossuposto de que o mesmo tem de ser referendado. Estando a caminhar no inicio de um processo de delegação de competências ou de descentralização ou de transferência, este caminho vai ter de ser amadurecido nos próximos anos. Alias, tenho dito que, municípios que não sejam de grande dimensão vão ter um sobressalto, quando, principalmente na área de saúde e educação, estas competências, nos termos em que estão previstas, sem o devido enquadramento económico, puderem a vir a estar na esfera dos municípios. O município vai solicitar auditoria às generalidades dos edifícios e à qualidade dos mesmos para saber quais os impactos financeiros que isto arrasta e, do ponto de vista dos recursos humanos, quantas pessoas, hoje, estão em falta nestes serviços. Acho que não devemos embandeirar em correntes se aquilo que hoje temos ainda não está consolidado e, muito pior, ainda não iniciámos o processo de implementação dessas ditas competências que, como é sabido, em alguns casos, daqui a um ano estamos na plenitude das suas funções, se nada for feito. Julgo que começa a haver uma consciência mais solida e que há que ponderar algumas coisas. Se nada for feito no domínio da educação, se as transferências se materializam em 2021, iniciam-se em setembro de 2020, é ano letivo. Não se surpreendam com a amplitude destes problemas. Julgo que a seu tempo os iremos debater, analisar.

De seguida, o senhor presidente da câmara municipal continuou a sua intervenção com a apresentação do relatório de atividade e financeiro (anexos 3 e 4), acompanhado pela visualização das atividades desenvolvidas no período que decorreu desde a assembleia de setembro até à presente data.

O senhor presidente da mesa da assembleia deu a palavra aos membros interessados em intervir. Vera Machado tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve: "Senhor presidente da assembleia municipal, restante mesa, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social.

Neste ponto das atividades da Câmara, e tal como já o fiz noutros fóruns, nada melhor que o balanço da Conferência da Câmara Municipal em parceria com o jornal Expresso intitulada "As Regiões de Baixa Densidade, uma oportunidade de desenvolvimento", ocorrida no Mercado Velho em Tondela, para despoletar uma discussão séria sobre o que entendemos como estratégico para o futuro comum do nosso território.

Antes de entrar na temática abordada durante o certame, salientar que, a dimensão mediática, quer do ponto de vista do órgão de comunicação social que apadrinhou, quer pelos convidados, especialistas em temas relacionados com a economia e demografia, trouxe um momento com um forte impacto para a Região, com principal incidência no Concelho de Tondela.

Por si só, o objetivo de dimensionar a marca Tondela foi amplamente atingido, durante 15 dias, o maior semanário do país destacou as potencialidades, o ambiente económico privilegiado e sobretudo clima de investimento diferenciado que abunda nestas Terras de Besteiros.

Claro está que estas reflexões mais macro, sem a mesquinhice das "capelinhas", tal como apelidava um dos oradores participantes, não têm efeito nos burburinhos imediatos, muito menos servem lógicas de pequenas partes.

Haverá alguns que teimam em não reconhecer a dimensão de Tondela no contexto regional, e inclusive tentaram não veicular este momento de reflexão, escondidos atrás das teclas, porque o que se faz de bem não importa publicitar.

Estas iniciativas e todas as ponderações que albergam, olham para o território como um todo, definindo como prioridade aquilo que realmente nos destaca.

Olhando para os temas e os protagonistas, ficaram a nu algumas fragilidades que infelizmente atravessam todos os territórios mais rurais, mas, e com o contributo de diversos administradores empresariais locais, ficou também claro que no interior é possível ter empresas com tecnologia de ponta, investigação e jovens quadros com elevado grau de conhecimento, trazendo desta forma valor acrescentado ao concelho.

Salientar que há poucos dias foi anunciada a duplicação da Brose.

O desenvolvimento não se constrói com politicas num segmento em exclusivo, mas sim do somatório de ações em diversas áreas que passam pelo acesso à habitação, acessibilidades, discriminação fiscal positiva, educação e escolas de qualidade, sustentabilidade ambiental, bem como acesso à cultura e atividade desportiva, mas sobretudo o futuro constrói-se com pessoas, que em tudo contrasta com a baixa densidade e o envelhecimento.

Desta equação, da qual o Professor Doutor Daniel Bessa atribuiu um resultado positivo, afirmando que Tondela não é um território do interior, é necessário somar ainda mais polos positivos que permitam, no médio e longo prazo, fixar pessoas e redimensionar o Concelho que tanto desejamos.

Não tenhamos a ilusão que se faz tudo de uma só vez, mas tal como uma análise swot, temos que começar pelos pontos mais fortes.

A indústria, no concelho, que exporta hoje cerca de 500 milhões de euros é um ponto forte que pode e deve ser potenciado. A realidade territorial não se fica apenas pelo ramo automóvel, temos o setor farmacêutico, o agroalimentar, a reciclagem, a biotecnologia e ainda o "subsetor" de empresas que, e fruto do sucesso e instalação de grandes companhias, se foram alavancando e gravitando em torno de algumas

multinacionais, representando largas centenas de postos de trabalho. Hoje, mais de 50% da população ativa do nosso concelho tem emprego na transformação.

Facto é, e com a dose de realidade que todos almejamos, hoje os nossos 50% e tantos outros 50% de concelhos à volta não chegam para colmatar essa necessidade de mão-de-obra qualificada. Uma das soluções passa por aperfeiçoar todas as componentes associadas à qualidade de vida, bem como estreitar e intensificar relações com entidades de ensino superior e investigação, e dessa forma captar e fixar talentos. Poderá ainda passar por uma pesca à linha em países com fortes índices de emigração, conseguindo pela busca precoce os melhores talentos e os mais bem preparados.

A indústria teve nesta conferência a oportunidade de demonstrar que Tondela é de primeira em diversos setores, em particular naquele que gera emprego e cria riqueza e que é, sem qualquer dúvida, o mais relevante.

Mas este certame não chega! A somar a este terão que vir outros, temos que colocar o nosso setor industrial no foco das atenções, criando uma iniciativa mediática e congregadora que dê a visibilidade de um território de futuro, associando tecnologia, conhecimento e talento como a nossa montra principal.

A geração 20.20 liderada pelo projeto social-democrata, ensina às gerações menos vanguardistas como é que se diferencia um território e robustece a tese de que as governações socialistas, pelo menos as que nos rodeiam, têm muito maus resultados no que toca à sua diplomacia económica."

Seguidamente, interveio o membro Rui Santos:

"Senhor presidente da mesa, mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara, senhores vereadores, minhas senhoras, meus senhores, comunicação social.

Queria deixar aqui duas ou três notas. Acho que numa cidade como Tondela, sabemos que as iluminações de Natal têm a ver com uma tradição recente e até com questões relacionadas com o consumismo, mas aquilo que está feito em Tondela é um tipo de iluminação que fica bem à cidade e que está equilibrado. Queria saudar a câmara nesta situação.

Também queria reconhecer que de facto agora se começou nas faixas de desmatação, estou a falar nas estradas que mais utilizo e sobretudo na estrada que vai de Fraguas para Sabugosa e que esperemos que já tenha o projeto de alargamento, mas porque era do ponto de vista da circulação rodoviária uma estrada extremamente perigosa na situação em que estava. Na ultima vez que falei aqui disto, o atual vereador José Carlos Coimbra, disse-me que quando entrasse em funções iria ter todo o empenho nesse processo e é um facto que praticamente está feito. Penso que haverá dois ou três casos de árvores que lá ficaram, se calhar por questões de segurança, sobretudo em termos de queda, não sei se por dificuldade de o fazer na sua remoção. Mas de qualquer modo, pelo menos nas zonas mais complicadas que havia nas curvas a seguir ao cruzamento de Santa Ovaia, agora passa-se com mais visibilidade.

Depois, porque estamos no período das atividades da câmara, quero dizer sem qualquer tipo de hipocrisia que esta é a intervenção que eu não gostaria de fazer aqui, mas porque gosto de ser claro, quero fazê-la aqui e alias as indicações transmitidas pelo senhor presidente da assembleia, em relação à notificação que recebeu, de alguma forma mais a justificam."

Continuou com a intervenção. Anexo 5.

O membro Regina Coimbra tomou da palavra, com a intervenção que se transcreve:

"Bom Dia,

Bom dia, Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara, restantes elementos da mesa, Srs. Vereadores, Membros da Assembleia Municipal,

Comunicação Social e a todos os presentes!

Após a explicação do Senhor Presidente do Município, vou enumerar um conjunto de iniciativas que decorreram durante o período de tempo que decorreu entre a assembleia

anterior e o dia de hoje, podemos verificar um conjunto de iniciativas que decorreram no nosso concelho.

Trouxeram uma mais-valia na dinâmica cultural, comercial, lúdica, de convívio, ao setor educativo e ao turismo local.

Felizmente foram muitas e provavelmente pecarei por defeito, contudo quero nesta intervenção focar as que provavelmente tiveram um maior acolhimento por parte da nossa comunidade.

Foram muitos os eventos etnográficos e arrais populares que aconteceram no nosso concelho e que se revestem de vital importância para a nossa cultura, pois para além de promoverem o nosso concelho por este país fora, também fomentam as nossas tradições, convívio e relacionamento interpessoal.

Paralelamente a estes eventos, aconteceram inúmeras festas populares que tão bem promovem o bairrismo saudável com a diferentes freguesias e localidades do nosso vasto território.

Por estas razões não podemos ignorar os apoios do município, que tantas e tantas vezes passam despercebidos à sociedade em geral, mas que são de extrema utilidade importância.

Falamos obviamente de todas as estruturas logísticas que são facultadas nestas realizações.

A FICTON 2019, realização do passeio ao Santuário de Fátima que se realizou nos dias 27 e 28 de junho de 2019. Cerca de 2500 seniores do nosso concelho e que aos mesmos proporcionou grandes momentos de alegria e de convívio.

O dia da cidade de Tondela, a atribuição dos galardões municipais!

O aniversário do Bombeiros Municipais de Tondela!

O dia das freguesias integrado no programa da FICTON! As 19 freguesias apresentaram o que se encontra neste vasto território!

É de salientar a importância do facto de neste evento se terem utilizado copos reutilizáveis, o primeiro de muitos passos que podemos dar para bem do nosso ambiente! Contou com mais de 50 000 visitantes!

A Motor Festival que constitui uma das mais emblemáticas provas do calendário automobilístico nacional e que contou com cerca de quatro dezenas de participantes.

É de salientar a importância do facto de neste evento se terem utilizado copos reutilizáveis!

O FSUE – Fundo de Solidariedade da União Europeia, que evidencia a valorização da acessibilidade e mobilidade, consubstanciada na reabilitação de vias, na beneficiação de alguns acessos, praças e largos, ao mesmo tempo que se irão desenvolver projetos.

Em estudo estão, o projeto da Obra de ligação da ZIM do Lajedo – Ribeira – Pedra da Vista – Raposeiras – Escola Secundária de Molelos.

Tondela – palco de grandes finais: aqui refiro a Final da supertaça Feminina de Basquetebol, no Pavilhão Municipal.

O jogo da Seleção Feminina de Andebol!

O Campeonato Regional de Boccia 2019/2020, que decorreu no Pavilhão Municipal de Tondela, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro.

A 8.ª edição da Maratona de BTT da Associação Desportiva Radical de Tondela, que contou com a presença de mais de 190 participantes de vários pontos do país.

O primeiro evento de Gravel em Portugal, decorreu na serra do Caramulo. Trata-se de um evento único em Portugal e que tem capacidade de crescer e ganhar dimensão!

- A conferência "As Regiões de Baixa Densidade", uma oportunidade de desenvolvimento, que decorreu no dia 26 de novembro e que teve casa cheia!

As faixas de gestão de combustível de proteção à rede viária que têm como objetivo criar zonas de proteção, em caso de incêndios florestais.

A Gala de Natação 2019, no âmbito da qual a Escola de Natação de Tondela (Piscinas Municipais e Tondela e de Campo de Besteiros), foi reconhecida com a certificação de nível 1. Muitos parabéns!

O Trigésimo segundo ano da elevação de Tondela a cidade!

O Município comemorou, ontem o 32.º aniversário da elevação a cidade. A cerimónia decorreu ao final da tarde, no Mercado Velho!

É importante que o concelho continue com o dinamismo que tão bem o caracteriza!"

O membro Arménio Leite Marques interveio:

"Bom dia, senhor presidente da assembleia, excelentíssimos senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Queria, aqui, dar duas sugestões, ao senhor presidente, antes de ouvir o deputado Rui Santos. É triste para mim ouvir um pedido feito à câmara, da forma como foi feito, não sei se com ou sem razão, não estou a julgar esse problema.

As duas sugestões que queria dar ao senhor presidente da câmara, porque penso que não ouvi bem sobre o IP3. Tenho a impressão que alguma informação não chegou à câmara ou será ordem de trabalhos diários acerca de um mês, o gabinete técnico de Lisboa esteve na ponte do IP3, em Tondela, com equipamento, mas não foram capazes de fazer os estudos que estavam a fazer à ponte, porque naquele dia havia muito movimento e tiveram medo de andar pendurados na maquina que tinham trazido. Então solicitaram-me

uma máquina grande para entrar pelo meu portão e virem pelo terreno junto ao rio para efetuarem esses estudos. Portanto, alguma coisa está a mexer.

A sugestão dos estragos pela retirada das madeiras das matas, o senhor presidente não deve pensar nisso, porque a câmara e as juntas de freguesias servem para isso. Com que dinheiro pode um madeireiro compor um caminho que estraga pela retirada da madeira? Como sabem é preciso limpar as matas, é preciso tirar a madeira. Mas, um madeireiro quando comprar a madeira, tem de a cortar, transportar recebe por 10 toneladas o valor de 200€. Com que dinheiro é que pode ir buscar tout venant para reparar o acesso que estragou? Impossível.

Queria dar os parabéns ao senhor presidente da câmara, porque passado vinte anos veio aqui mostrar, algo que no meu tempo de vereador tinha deixado na câmara e repudiado pelos políticos de então, vendendo as maquinas que lá deixei, a estrutura que estava montada na câmara. Nesse tempo as obras faziam-se com 20% daquilo que se fazem hoje. Lembro-me muito bem que uma das máquinas que deixei, um caterpillar, que foi abandonada na ZIM de Vilar de Besteiros, onde foram colocar tufos na transmissão do motor, para a estragar. A câmara nessa altura vendeu-a a um industrial e está a laborar. Nesse tempo limpavam-se as estradas com muito mais facilidade, não tendo a câmara preocupações com orçamentos. Com 20% do que se gastava nas empreitadas, a câmara fazia o trabalho. No local onde estão as piscinas municipais implementadas, era ali que estava o deposito de alcatrão, adquirido a valores inferiores do que adquirido pelos empreiteiros.

Senhor presidente, para recrutar pessoal para as máquinas, a lei não permite a câmara fazer aquilo que qualquer empresário privado faz, pagar mais. Mas, dou-lhe uma sugestão, pode contratar pessoal com horários flexíveis. Muito obrigado"

O membro Vera Machado voltou ao debate, com a intervenção que se transcreve:

"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados,

Comunicação Social,

Começar por dizer que seria óbvio a vinda do tema à Assembleia Municipal, trazido pelo Dr. Rui Santos, a dúvida seria o tom, o vocabulário, a forma, e até os protagonistas, porque haverá sempre a confusão se será o partido, os autarcas, os republicanos, os socialistas, enfim, algo que não interessará de todo a este fórum.

Assumir aqui mais uma vez que o Partido Social Democrata reitera todo o apoio institucional aos seus eleitos, aguardando e respeitando com serenidade o trabalho a desenvolver pelas instâncias próprias.

E, portanto, caros deputados, penso que o Partido Socialista em Tondela terá que se entender.

Apregoam que não fazem julgamentos em praça pública, mas a tentação e a soberba pelo poder é mais forte do que a sensatez e a prudência. O tempo e a energia são gastos nas teclas, no imediato, na suspeita, na difamação, nos arregimentados batedores com e sem rosto, cujo somatório de contributos é sempre multiplicado por zero, e por isso igual a zero.

Alguns lobos escondidos em pele de cordeiro, outros mais corajosos que dizem logo ao que vêm, sedentos de sangue e a assacar os lugares que há tantas décadas o povo nunca lhes deu.

Há, no entanto, detalhes para a esquerda, que para o voto popular são pilares: o projeto, a estratégia, o planeamento, a visão, a liderança, algo que este Partido Socialista nunca demonstrou neste concelho, só talvez na última dinastia, mas aí nem os princípios republicanos os salvariam.

Tenho que admitir que me entristece profundamente fazer uma intervenção deste género, vazia no futuro do concelho, mas perante os ataques que têm desferido e a forma grosseira como o fazem não tenho outra saída.

E quando falo de futuro não é aquele provincianismo do paralelo, do sinal tombado, da poda, da falta de rega ou até de festarolas que tanto criticaram na maioria e que agora são exímios a patrocinar.

Claro que esses pequenos problemas têm que ser resolvidos, mas não basta ser carteiro ou incendiar a praça pública por causa de um imposto que vai ser discutido mais à frente.

Capacidade e competência era propor uma ideia para fixar jovens quadros e encontrar financiamento para ela, não basta dizer que o interior está despovoado, e soluções? E diplomacia económica? Sabem como atrair empresas para o território e gerar empregos? Falam de patamares e não sabem como chegar ao topo da escada.

E caros colegas, se dúvidas houvesse quanto ao projeto social-democrata, e em particular protagonizado pelo Dr. José António, bastaria dar um pontapé na calçada que surgiriam obras, estratégias, problemas e sobretudo um futuro consolidado por este executivo.

A falta de memória que tanto nos acusam está perdida no exemplar processo de reconstrução do pós-incendio de 2017, ou então estará nos recentes investimentos captados para o concelho que já ultrapassam as 7 centenas de postos de trabalho, ou será que estará na ampliação das zonas industriais, ou na oferta desportiva e cultural que o concelho disponibiliza?

E plano de revitalização da área urbana e a estratégia firmada no âmbito da mobilidade, é o quê?

Claro está que como se tratam de conceitos mais complexos, que não trazem alaridos, muito menos serão temas apetecíveis para quem diaboliza e se fica pelas farpas, e cuja postura se revela naqueles fóruns estalinistas onde sentem as costas protegidas.

Essa é a diferença estrutural entre a maioria e a minoria, o planeamento, o caminho e o saber fazer, ruido e ser do contra é um ato tão simplista e desresponsabilizante que qualquer um faz.

Para terminar dizer que o Partido Social Democrata tem como principal preocupação as pessoas e a sua qualidade de vida, como tal está preocupado com o prognóstico reservado de alguns tondelenses, e que tende a agravar-se. O permanente

contacto com teclas em PC's, I Phones e até tablets provoca tendinites que no futuro afetam claramente a qualidade de vida.

A esmagadora maioria da população do concelho nunca confundiu estrada da beira com beira de estrada."

O membro Alfredo Cabral interveio:

"Muito bom dia a todos.

Era só para relevar que o trabalho que está feito nas faixas de combustíveis, é muito bem feito. Viajei recentemente, com pessoas de fora do concelho que elogiaram o trabalho, que revela uma sensibilidade e a dignidade das pessoas que o executa. Ao limpar, cortam a madeira, que colocam em montes, facilitando a sua deslocação para as famílias que geralmente são idosas.

Áquilo que disse aqui o Dr. Rui Santos, "Quem faz o que pode, faz o que deve", Miguel Torga. Penso que atendendo àquilo que foi dito pelo senhor presidente há uns tempos, fiquei feliz quando diz que não havia dinheiro no novo paradigma dos fundos sociais europeus, para alcatrão. Já me desloquei para Lobão da Beira, está ótimo, tal como na Tojosa. Dizer bem do bem é bem. Se poderia ir mais além em tudo o que faz, não sei, não tenho capacidade, porque sou só porteiro de vez em quando.

Em relação à intervenção do Dr. Rui Santos, agradeço a sinceridade. Mas, também agradeceria que fosse acordado aquilo que foi dizendo ao longo do seu discurso, que se aguardasse um pouco o final do processo. Tenho meditado várias vezes se deveria dizer estas palavras, julgo que é um dever do imperativo categórico quem serve a causa pública, ter duas condicionantes na sua atividade e no seu intelecto: competência e cordialidade. Sei que é por aqui que passam muitas vezes os motivos de inveja, particularmente políticos, mas gostaria de dizer que atendendo ao razoado que entediou para a sua intervenção, aguardaria a decisão para as instâncias pessoais. Não esquecendo que compete para as pessoas acusadas, em sua consciência, ajuizar se devem ou não devem manter as funções. Mas gostaria que isso fosse aguardado. Não embarco em discursos de

paisagem partidária com a Vera, nem com o Rui Santos. Acho que deveríamos ter honestidade intelectual e pela dinâmica do comportamento social e politico de sermos frontais, mas dando sempre tempo ao tempo e não inclinando quem decide para decisões que não devem ser orientadas. Muito obrigado."

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Senhor Arménio, as empresas têm estado a fazer a inspeção, alias há pouco tempo o nó de S. Miguel do Outeiro esteve cortado ao trânsito, pela necessidade de aplicar grua que desça na plataforma da ponte, para poderem ser feitas inspeções, manutenções e ao mesmo tempo ajudar à decisão, porque ao longo de todo o IP3 haverá cerca de 93 obras de arte, pelo que obriga a essa avaliação.

Sobre os madeireiros, o que eu disse foi que a maior parte deles têm nas maquinas e equipamentos uma lamina frontal. Por vezes não é preciso gastar dinheiro. Na vinda a própria lamina acomodar o que foi feito. Era nesse sentido. Mas agradeço a observação.

Sobre demais questões, compreenderam que ponderei todas as questões que estão a dizer, acima de tudo com o imperativo de consciência. Quando temos esse imperativo de consciência, devemos atuar em função das convicções, com uma capacidade que não é humana para poder resistir a tanta provocação que no dia a dia se sente, todas com o intuito politico. Reitero, aqui, a comunicação que efetuei na reunião de câmara de sexta-feira passada e que remeti ao senhor presidente da assembleia municipal. Como é do conhecimento público foi deduzida acusação decorrente do processo que o ministério público tinha em curso e no qual houve sempre a maior disponibilidade para esclarecimento da verdade. Será essa sempre a postura que iremos manter. Com consciência tranquila aguardaremos o desenvolvimento do processo. Nestes termos mantêm-se o exercício de todas as funções e competências de presidente, bem como de vice-presidente. Para não haver más interpretações, naquilo que o Dr. Rui Santos disse, o despacho diz requeira-se a perda de mandato, caso exista condenação. Aguardaremos. Obrigado."

O senhor presidente da assembleia municipal informou que todos os pontos deverão ser aprovados em minuta para produzir efeitos imediatos.

2.2 Análise, discussão e votação da Fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Vou fazer uma apreciação global, sabendo que depois será feita votação caso a caso. A politica fiscal do município, deve ter essa apreciação global e essa interpretação. Os documentos que receberam estão detalhados, mas no caso concreto do IMI, e para não haver más leitura dos que estão mais desatentos, não é verdade que quase todos os municípios tem o IMI na taxa mínima nos prédios urbanos, como alguns querem fazer querer. Há um número significativo que tem a taxa mínima, mas há muitos que não o têm na taxa mínima. Para termos uma noção dos números, ter o IMI a 0,3 ou tê-lo a 0,4, implica 25% de diferença na receita. Estou a sublinhar isto para percebermos que não é uma questão menor a colocação da taxa de IMI no valor mínimo. É a maior receita que o município tem. Uma decisão destas tem um objetivo, ser uma medida universal para todas as pessoas. Esta medida tanto beneficia a pessoa mais humilde, que tem uma casa com as condições que podem não ser as melhores, mas que paga os seus impostos, como beneficia proporcionalmente aquele que tem uma casa com valor patrimonial muito superior. Esta medida é a mais justa do ponto de vista social. Todos beneficiam com proporção. Quantas pessoas não estão hoje a pagar IMI sobre prédios e casas que não estão a usar, por herança que tiveram? No passado, numa família disputava-se quem ficaria com a herança da casa dos pais. Hoje, numa família perguntam-se os conjugues das casas que vamos ter de herdar o que lhe vamos fazer. Há muita casa que não está habitada e a redução do IMI é um beneficio social para muita gente. Portanto, não aceito o argumento do que se faz em Tondela com a redução de IMI na taxa mínima é uma coisa vulgar. É a principal receita do município que colocámos em valores mínimos desde 2013. Não só aplicamos a taxa mínima, como ainda este ano iremos deliberar que o imposto a pagar em 2020, para as famílias que viram as suas casas atingidas pelo incêndio de 2017,

que fossem 1ª ou 2ª habitação e que tenha instruído o respetivo processo, consideramos um desagravamento em 30% sobre o montante de IMI a pagar. A calamidade e a catástrofe que sofreram não pode ser duplamente penalizada. Em 2020, quando se deliberar para 2021, já se deverá pensar que é possível não ter essa redução, porque felizmente no concelho de Tondela as mais de 120 famílias que viram as 1ªs habitações atingidas têm na sua generalidade, desde maio e junho, as suas habitações disponíveis. Acho que nunca me cansarei dizer o que isto foi sabendo que muitos nunca irão valorizar o que se fez. Sei disso. É a injustiça da política, mas é a honra da consciência que fazemos. Por essa razão o IMI manterá as taxas mínimas que estamos aqui a definir.

Consequentemente iremos manter as deduções e os apoios às famílias numerosas. E, também, o agravamento aos prédios urbanos degradados. Hoje começa a ser um problema em alguns locais e as pessoas têm solução, que é fazer a demolição do prédio. De seguida, vai ao município para que lhe seja dada conformidade a essa demolição. E, vai à Autoridade Tributária, passando o prédio de edificado para prédio urbano (terreno). Ficando valorizado, pagando menos do que com uma edificação em ruínas.

Relativamente ao IRS, sabemos quais são as opções que estão em cima da mesa. É bom ter a noção, para não haver falsas interpretações. A taxa de restituição até ao limite de 5% do IRS, é sobre a matéria coletável em sede de apuramento do final do imposto a pagar, deduzidas todas as deduções à coleta, os devidos abatimentos que estão previstos. É nessa fase. A ideia de pensarmos, por exemplo, que se paga 150€ de IRS todos os meses e que vão ser restituídos 5%. Não é sobre esse montante. É sobre a matéria final após o apuramento. Para que uma família pague 2 000€ de IRS, considerando que é uma família que tem os seus encargos, habitação com recursos a empréstimo bancário, que tem direito a deduções na educação, na saúde, na formação. Para pagar 2 000€ implica que tenha rendimentos mensais muito próximo de 4 a 5 mil euros. 2,5% sobre esta importância corresponderia a 100€. É aqui que nós chegamos a nossa avaliação. Restituir 2,5% da matéria a pagar em sede de IRS, implica que as pessoas paguem imposto, que tenham rendimentos relativamente sólidos. Um quadro superior, por 100€, vive noutro concelho que não o de Tondela? No final do dia ele pesa o acesso à educação, à cultura, aos bens desportivos, ao emprego, à mobilidade, áquilo que a escola lhe proporciona, saber se tem AEC´s nas escolas ou não tem, se tem uma resposta social de proximidade. Eu faria

sempre esta avaliação. Se for proprietário de uma habitação onde é que ela me custa menos, ter uma taxa de IMI mais barata ou ter uma taxa de IMI mais elevada. Essa é a avaliação que está.

O resto não tem nada de ideológico do meu ponto de vista ou do executivo municipal. Tem é uma visão estratégica programática. É bem possível que outros estímulos financeiros ajudem estas famílias a ter outras opções. Quanto custo um colégio nessas ditas cidades que têm restituições? Quanto custa a escolaridade gratuita no concelho de Tondela? Estas são as avaliações que qualquer família que olhe para o interesse dos seus filhos procura fazer em primeiro lugar. Mas, respeitamos as opiniões diferentes e de todos e não é por isso que deixaremos cada um de seguir o seu caminho.

Sobre a derrama, nada de diferente, que não seja a aplicação do instrumento que aqui está e nos termos em que está previsto. Também não é isso que tem afastado, pelo contrário, o investimento no nosso concelho. Também poderia estar aqui a ouvir que não há investimento no concelho de Tondela, porque a derrama é de 1,5%. Como é que um exemplo serve para uma coisa e não serve para outra? É a consciência de cada um. Muito obrigado."

O membro Paulo Roberto tomou da palavra. Anexo 6

Colocado à votação, a fixação do IMI foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Isaac Almeida, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.3 Análise, discussão e votação da Fixação da Participação Variável no IRS

O membro Cristiana Ferreira interveio com a intervenção que se transcreve:

"***Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Tondela, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tondela, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Membros da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores:***

Sobre esta matéria, e pese embora serem do conhecimento público as razões que justificam a proposta, ora, apresentada, de manutenção dos 5% de taxa de participação variável do IRS dos cidadãos com domicílio fiscal no concelho, não podemos deixar de sublinhar, muito sumariamente, as motivações que alicerçam a tomada de posição do executivo camarário que, de resto, acompanhamos integralmente.

Sendo uma questão de opção política, é evidente que a ponderação deve ser feita pela aferição de um **critério de justiça e coesão social.**

Ou seja, é ou não verdade que só paga IRS quem tem mais rendimentos?

É ou não verdade que quem não atinja um determinado patamar de rendimentos nem sequer poderia ser beneficiado por esta medida porquanto não lhe poderia ser devolvido aquilo que não recebe?

É ou não verdade que caso houvesse uma redução nem todos os munícipes iriam ser beneficiados?

E, portanto, julgamos evidente que por natureza quem tem mais rendimentos poderá fazer um esforço adicional para a coesão territorial.

Noutra ordem de razões parece-nos importante relembrar que as verbas em causa serão uma receita importante para que o município invista na melhoria da qualidade de vida das pessoas, esta sim um fator determinante na atratividade do território.

Está demonstrado, sociologicamente que os modelos de fixação de pessoas, não passam só por políticas fiscais de reduções de taxas IRC ou de IRS.

Fixar pessoas passa muito mais por criar emprego, mercado habitacional adequado e serviços.

Especialistas em políticas de fixação de pessoas em territórios de baixa densidade populacional, definem que o primeiro critério para fixar pessoas, passa pela existência de emprego e Tondela, vive num paradigma diferente em relação a muitos territórios do interior do país e consegue ter uma taxa de desemprego bastante baixa sendo certo que ainda terá que existir uma evolução no sentido de fixar pessoas nomeadamente, pelo aumento do parque habitacional embora reconheçamos que os sinais são positivos neste domínio.

Fixar nos 5% esta taxa, não é nada mais do que uma opção política.

Aplicar a receita desta taxa em prol das pessoas é contribuir para que o município continue a criar condições estruturais aos seus concidadãos e às empresas que se queiram implementar em Tondela.

E a prova disso é a capacidade que o Município tem tido, nos últimos anos, em atrair investimento e dar às pessoas qualidade de vida.

Por fim e porque não ignoramos qual foi e vem sendo o posicionamento do Partido Socialista sobre esta matéria dizer o seguinte.

Estamos a discutir a fixação de uma taxa sobre um imposto que é maioritariamente receita do estado central.

Ora se entendem que a redução da taxa seria importante porque não instar o Governo para que

devolva ele próprio esse montante aos cidadãos?

Terão certamente mais instrumentos e mecanismo financeiros para o fazer e pelos vistos até folga orçamental? Fica a reflexão!

O Grupo parlamentar do PSD votará favoravelmente este ponto."

Seguidamente, o membro Rui Santos interveio:

"Senhor presidente, membros da mesa, senhores deputados, senhor presidente da câmara.

Todos sabemos que sobre isto, temos uma perspetiva diferente. E, concordo com o senhor presidente, quando diz que é perfeitamente normal. Não tenho ilusões e como já disse uma vez, fazer uma coisa destas, não acredito que seja um fenómeno de desigualdade, há muito mais coisas que se poderiam fazer em favor da igualdade e se calhar com casos mais interessantes. É evidente que não atinge toda a gente, nem o valor é muito significativo. O problema é que eu próprio pensava que não era tão simbólico para algumas pessoas, sobretudo mais novas. E como já aqui disse, se é simbólico e de notoriedade do concelho termos um clube desportivo a jogar futebol na primeira liga, é sobretudo simbólico, não é de interesse económico imediato. Há coisas à volta do clube que podem ter interesse, não propriamente o interesse do futebol. Num país como o nosso em que as distâncias são pequenas. Há a venda de algumas bebidas que se consomem naquela zona, mas o grande impacto na restauração e na hotelaria não é significativo. Seria bom que fosse, mas não é. O Tondela não tem culpa, o concelho não tem culpa, é assim, somos assim. Como isso é simbólico, também o resto é simbólico. É nesse sentido, de resto as opções são de cada um. Como disse a senhora deputada Vera, não vale a pena, dizer que os outros não têm nada quando nunca tiveram a oportunidade de mostrar se de facto tinham ou não programa e execução. De resto, cada um tem os seus e isso é perfeitamente normal. Por isso, acho que arrazoados de termos que procuro evitar utilizar, não ficam bem. Poderemos um dia discutir isso.

Para uma pessoa que tem uma remuneração de 4 000€ por mês ter uma redução de 100€ ou 150€, em termos do final do ano, não é significativo, mas tem um impacto simbólico, que até a mim me surpreendeu."

Colocado à votação a fixação de participação variável no IRS foi aprovado por maioria com os votos contra dos membros: Rui Santos, Martinho Rodrigues, Carlos Veigas, Jorge Batista e Francisco Coutinho. Votaram favoravelmente os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, , Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão,

Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Isaac Almeida, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.4 Análise, discussão e votação da Fixação da Derrama

O senhor presidente da mesa da assembleia abriu o tema ao debate, mas não houve intervenções. Colocado à votação a fixação da Derrama, foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Veigas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Isaac Almeida, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.5 Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2020

O senhor presidente da câmara tomou da palavra:

"A questão do CDT na 1ª liga é uma questão simbólica. Há uma dimensão económica indiscutível não mensurável de projeção de marca. São opções e nem vou discuti-las.

Julgo que todos tiveram a oportunidade de ler atempadamente os documentos, acima de tudo esta memória justificativa de introdução do Plano. Também não é demais relembrar que este Plano, quase simboliza o início do mandato. Em boa verdade o ano de 2018 e grande parte de 2019, a gestão do foco principal esteve voltada para a reabilitação da tragédia de outubro de 2017. Tenho de reconhecer isto e não tenho outra forma de o dizer. Hoje voltaria a fazer as mesmas opções, a prioridade continuaria a ser a mesma, com todas as consequências eleitorais ou politicas que isso possa representar. Digo mais uma vez, refém da minha convicção. Isto para dizer que só senti que estamos a iniciar aquilo que é estrutural desde os meados deste ano. Obras que tínhamos previsto iniciar em 2018, dar-lhe amplitude, velocidade, estão agora a arrancar. Tirando, porventura, os investimentos financiados pelo POSEUR, porque esses fomos avançado com eles, porque estavam projetos aprovados, estavam as obras para avançar, falo em concreto de Molelinhos, Valverde; lançadas em 2017 e razão pela qual a máquina estava a andar. Falo da água a Várzea do Homem, ligação de Carvalhal de Mouraz ao Couço, o grande projeto do Caramulo. Tirando estas obras, aquilo que era preciso empenharmos com tempo: Centro Tecnológico; Frente Ribeirinha; as politicas do PEDU, isso teve atrasos. Estou aqui a dizê-los, razão pela qual já no 2º semestre deste ano tivemos de retomar o ciclo destes projetos e acima de tudo dar celeridade às decisões que são precisas. E, escusado será dizer, as diversas operações necessárias para o lançamento de uma obra que hoje a contratação pública exige. À data de hoje, estamos para obter o visto do Centro Tecnológico, o que quer dizer que, no arranque do ano, teremos condições para desenvolver esta obra com velocidade. À data de hoje está fechada a negociação da ultima parcela, com imensas reuniões para que a Frente Ribeirinha possa avançar. À data de hoje, está em condições de se iniciar brevemente a ampliação da Zona Industrial de Tondela, que está agrupados em cinco blocos de trabalhos, com três empreiteiros diferentes. Como sabem uma obra se tiver valor superior a meio milhão de euros, deve

ser questionada a possibilidade de a dividir em blocos. Há trabalhos onde isso é possível, há outros onde não é. Tudo hoje está previsto.

Este orçamento foca-se em três domínios de investimento importantes. Um, o domínio da reabilitação assente no PEDU. Só em duas obras: Frente Ribeirinha e Centro Tecnológico, estão praticamente quatro milhões de euros, com financiamento comunitário, porque soubemos conquistar a tempo e horas. Zonas Industriais, além da expansão cujos os contratos estão para visto, também já estamos a prever expansão de outra fase da ZIM do Lajedo. No domínio do ambiente, este Plano tinha até há poucos dias uma incógnita, se íamos ou não constituir a EIMAR. Se não fosse esse o caminho, naturalmente, que teríamos que rever o modelo de financiamento de obras que são importantes, ou seja, a requalificação da ETAR Sul de Tondela, que tem 18 anos; a ligação e ampliação da ETAR do estaleiro municipal e o sistema Corveira/Múceres / Cortiçada / Barreiro. Estas três obras estão refletidas no orçamento e dependiam de uma decisão. Se a EIMAR for o instrumento, estes investimentos estão previstos numa candidatura, liderada pelo município de Tondela, e que envolve os municípios de Santa Comba Dão, Tábua e Carregal do Sal. Candidatura essa para investimentos onde estão estes 3 grandes projetos.

Por fim, não deixo de sublinhar que há aqui duas obras que estão condicionadas, uma é a fase dois da Escola Secundária de Tondela. Como é sabido, fizemos os 4 blocos e está o projeto praticamente concluído para a requalificação do bloco A, administrativo, do bloco do refeitório, espaços exteriores, áreas de jogo, estacionamento e vedação. Esta obra deverá rondar cerca de 700 000€. Ainda não há financiamento para ela. Está a ser negociado no âmbito de uma reprogramação, que a então senhora residente da CCDRC fez e dos compromissos que existem, para que venha mais dinheiro para esta escola.

Já não é tão seguro que venhamos a ter essa linha de financiamento em relação à USF de Tondela. A USF de Tondela tem um projeto de cerca de 600 000€, mas não há clarificação de quais são os recursos da saúde. Quem está a gerir fundos comunitários, Ministro Nelson Sousa, tem um problema com a própria Administração Central, que é de não execução. O assunto do Hospital de Viseu também tem implicações na gestão dos fundos comunitários, porque os quase 5 milhões de euros que estavam afetos à saúde e

que era dinheiro das CIM´s, a sua não execução estão a prejudicar a execução orçamental no domínio da saúde. E, isso está a ter implicações na negociação do PO regional, que é negociado em Bruxelas. Ora, Bruxelas ao estar a fazer revisão dos programas, verificando que num eixo critico como é a saúde não há evolução, como é que há-de reforçar com mais financiamento?

Por fim, investimentos sociais. Hoje para os custos inerentes a transportes escolares, às AEC´s, a iluminação pública, a tratamento e gestão de resíduos temos cerca de quatro milhões de euros.

Este é o orçamento que temos para vos trazer, que em boa verdade é um período de viragem. Na esperança daquilo se ultrapassou nos períodos vividos depois de outubro de 2017, mas também de afirmação crescente de investimento."

O membro Jorge Henriques interveio. Anexo 7

O membro Rui Santos tomou da palavra:

"Senhor presidente da mesa, membros da assembleia, presidente da câmara.

Há pouco falou-se da requalificação da estrada que vai para a A25, sobretudo na zona de Caparrosa, a ultima rotunda é bastante perigosa, principalmente à noite em dias de nevoeiro. Julgo que seria necessário nessa rotunda ou pintar as bordas da rotunda com tinta refletora, aliás que deveria ser mais usada no país, ou encontrar uma sinalização que fizesse a bordadura da rotunda. À noite com nevoeiro ou com muita chuva, quem vem de cima não precisa de vir muito depressa para ter dificuldades em a circular. Quem conhece sabe que lá está e resolve.

Quanto à questão propriamente dita do Plano Plurianual de Investimento e Orçamento, não vou fazer uma longa enumeração de questões que seria para colocar, mas gostaria de dizer que, e talvez para tranquilizar algumas pessoas, gosto muito que o concelho onde resido esteja nas melhores condições possíveis. Já me ouviram aqui dizer que em termos de industrialização na nossa região, o concelho de Tondela é o concelho que tem neste momento tem um conjunto de empresa que globalmente são as empresas de mais ponta que há na região. Isso mesmo começou há bastantes anos e é um fator de

atração. Se em Tondela há um maior fator de atratividade, com condições criadas para que isso aconteça e que devem continuar a ser melhoradas, isso não quer dizer que é só obra de uma só pessoa, de duas ou três. Que não tem nada a ver com o mérito das pessoas que estão a desempenhar as funções em que a cada momento tem. Nem quer dizer que se houvesse outras personalidades isso não pudesse acontecer. Essas deduções são um bocado apressadas. É bom que aconteçam e que quem tem de fazer, e deve fazer, para que isso aconteça o faça, e é de louvar que o faça. Aliás é a função de quem exerce serviços com funções públicas, deve fazê-lo. É bom que isto fique claro, porque às vezes parece que os outros, que não são dos nossos, estão contra os interesses das pessoas e do concelho. Não é isso. Teremos visões diferentes, que podem ser corretas ou não, do que se deve fazer para atingir melhor esse desiderato. Mas, isso é aquilo que é natural na vida e nos regimes democráticos. Que isto fique claro no entendimento.

Estive na audição com o senhor presidente da câmara. Essas audições são como a nível do Orçamento de Estado, são muito genéricas para aprofundar algumas coisas. Registo que há um aumento significativo de obras previstas e dotadas, neste Plano de Atividades. Isso, obviamente, é positivo. O senhor presidente voltou a referir, sendo referido no relatório do orçamento, que parece que com a questão dos incêndios, que foi uma calamidade no nosso concelho, que há pessoas que pensam que não era preciso dedicar uma atenção a esse caso. Não sei se é isso que está em causa. O presidente da câmara de Tondela fez aquilo que deveria ter feito. E fez bem. O problema é saber se isto, durante o percurso dos pós primeiros 6/7 ou 8 meses, se o problema da decisão na câmara estava todo condicionado pelo facto do presidente da câmara de Tondela estar "hipotecado" às questões centrais do problema dos incêndios e se não havia outra margem. Com mais 4 vereadores a tempo inteiro, com os gabinetes de apoio a poderem encontrar forma de fazer andar alguns projetos que não andaram e que agora vão ficar mais caros, como o senhor presidente dizia das obras do hospital. A mão de obra subiu e aliás começamos outra vez, a nível geral do país, haver concorrentes a obras que se põe a concurso, porque as questões não são fáceis. Pelos dados que nós temos de execução orçamental e em despesas de capital, iremos fechar o ano abaixo dos 30%. Portanto, resta-me saber se no próximo ano estamos perante ou não a ideia de que agora é que vai ser. É

um pouco esta a ideia que fica subjacente. Se for, muito bem. Mas, eu, por muito que custe ouvir, também posso entender que pode ter havido uma estratégia de concentração das obras de 2020 e 2021, porque em outubro de 2021 há eleições. Não sei se foi isso, nem quero fazer uma acusação claro que é só isso. O que é um facto é que quando se vê esta situação, também se pode dar aso a perguntar isso. Estamos aqui para pôr estas questões. Claro que se isto for para a frente, fico satisfeito. Só espero que não seja execução apressada que às vezes leva a algumas questões. É evidente que o senhor presidente frisou, e bem, a realização de um concurso público até à consignação da obra leva, correndo tudo bem em muitos casos pelo menos seis meses, correndo o risco de se protelar se existir reclamações dos concorrentes e isso é uma dificuldade para executar. Mas é preciso que as coisas avancem.

Aquando da audição, falámos do problema da habitação. Desta vez aparece no relatório uma referência expressa que é uma preocupação inclusivamente no plano há algumas estações para isso. Os privados constroem e fazem o seu negócio, é perfeitamente normal, não têm que estar a investir apenas em relação a questões socais. Não é essa a função das empresas privadas. Se colaborarem nisso, melhor. Mas, não lhes podemos exigir que se sobreponham a questões que são mais de âmbito social. Mas continuo a lembrar e ainda ontem, o senhor presidente referiu na cerimónia de 32º aniversário de elevação de Tondela a Cidade, sobre a requalificação da Pensão Matos em pequenos apartamentos. Esse tipo de habitação, para as pessoas que porventura vierem para o Centro de Incubadoras de Empresas ou alguns qualificados, não é aquela habitação que as pessoas que trabalham na área industrial, casais novos, que se queiram fixar em Tondela, procuram. Essa tem uma finalidade bem definida. É preciso ter oferta para esses. Já cá falei, anteriormente e que são vulgares noutros países. Precisamos ter oferta para esses. Ma, nisso, continuamos num plano um pouco vago.

Têm o vosso programa, ganharam, têm a maioria absoluta, portanto, governem com ele. Nós não somos forçados a ter em conta e depois daqui a algum tempo se falará. Só lembrando, o concelho de Tondela tem progredido, o país em geral tem progredido e os outros concelhos à volta também tem progredido. Não somos só nós. Se há pequenas diferenças para mais, fico satisfeito que seja em Tondela, mas cuidado que não estamos

aqui em nenhum milagre. Estamos aqui, porque as pessoas trabalham com algumas condições e as coisas têm corrido bem. Fico satisfeito por isso. Por isso, iremos, os que fomos eleitos, abster-nos neste Plano e Orçamento".

O senhor presidente da câmara respondeu:

"Não seria correto da minha parte estar a comentar o juízo de intenção, se foi intencional, da deslocação de obras para 2020 e 2021. No campo politico percebo que se diga. No campo da seriedade, não tem sentido.

De quatro em quatro anos, temos sempre uma oportunidade. Não vamos menorizar a decisão das pessoas. O contexto também não surge do acaso. Sim é verdade, que o contexto envolvente ajuda. Mas a diferenciação porque é que uns dão um passo mais compridos do que outros, há-de ter também razões de confiança no território, confiança nos investidores e qualificação das pessoas. Isso, não quero desvalorizar. Não querendo puxar nenhum louro para ninguém, muito menos para quem hoje exerce estas funções, acho que também não devemos desvalorizar aqueles que acreditam que investem, que aqui colocam os seus custos e aqueles que se esforçam para ser excelentes profissionais nestas empresas. É o contexto que não se criam, nem se importa.

Voltando à habitação e para não haver dúvidas. A habitação que hoje se está a construir não deixará de libertar outros fogos que hoje estão ocupados e esses outros a um preço menor, certamente que darão resposta não satisfatória o suficiente, mas alguma irão dar a quem tem rendimentos que não são tão elevados e precisa de habitação. É só um pormenor, aliás já tínhamos discutido isso, na conversa que tivemos aquando da observação do Estatuto da Oposição."

Colocado à votação as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2020, foram aprovados por maioria com as abstenções dos membros: Rui Santos, Carlos Viegas e Martinho Rodrigues. Votaram a favor os membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Vera Machado, José Manuel Mendes, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António

Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, Isaac Almeida, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

O membro Rui Santos entregou uma declaração de voto que se anexa com o número 8.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.6 Análise, discussão e votação da Alteração à organização da Estrutura dos Serviços Municipais

O senhor presidente da câmara explicitou:

"Senhor presidente, senhores membros da assembleia.

Julgo que os documentos que foram distribuídos são suficientemente claros. A estrutura orgânica que trazemos até vós tem uma evolução decorrente de uma restrição que todas as autarquias foram obrigadas em 2011. Até 2011, o município de Tondela tinha uma estrutura orgânica com diretores de departamento, chefes de divisão ena altura existiam secções e coordenadores. Com a entrada da Troika, houve uma limitação em função da dimensão dos municípios. Municípios até 40 000 habitantes, como é o nosso caso, não poderiam ter dois diretores de departamento, só podiam ter um e cinco divisões ou ser deslocalizado o cargo de diretor de departamento para uma divisão, passando a seis divisões. A estrutura que foi construída com base nesta imposição tinha esta limitação. À data de hoje, primeiro, porque essa limitação foi gradualmente removida ainda em tempos do antepenúltimo governo, em que passou a existir uma redução, podendo aumentar os lugares de chefias desde que não aumentasse a despesa pública dos funcionários. Hoje, já não há nenhum impedimento para que a estrutura orgânica não seja desenhada em função daquilo que são os modelos de gestão e que se desejam implementar, mas também antevendo o que resultará da delegação de competência. É esta razão que leva a que se tenha caminhado para uma estrutura onde em boa verdade estão previstos cinco

departamentos e tal como disse em reunião de câmara e aqui o reafirmo aqui sem qualquer hesitação, serão preenchidos em função da adaptação da estrutura à realidade que vamos tendo. Abaixo, estão previstas divisões. Como é sabido a competência da assembleia municipal é aprovar a estrutura em termos de departamentos e do numero de divisões. A competência de designar as divisões é do presidente, submetendo à reunião de câmara. A nova estrutura que aqui vem tem cinco departamento, duas novas divisões na área da cultura, que já existiu no passado, mas que por força do aperto em 2011 teve de ser removida, e tem outra na área jurídica, contencioso e execuções fiscais, porque hoje cada vez mais é uma área crescente. Em termos de coordenadores prevê um incremento de cinco e prevê dois lugares de chefia intermédia de 3º grau. Todo os demais estão bem explicados as justificações, os serviços, os conteúdos funcionais das várias divisões. Repito, o objetivo é preparar a estrutura orgânica para se ir adaptando à realidade das competências, das funções e dos serviços.

Para não haver duvidas para ninguém, sempre que se aprova uma estrutura orgânica, os lugares hoje existentes de chefias, podem ser nomeados em comissão de serviço pelo presidente. Sendo verdade que a lei também determina que se nomear, no prazo de seis meses tem de abrir concurso para preenchimento desses lugares e a esses concursos podem concorrer todas as pessoas ligadas à administração pública que tenham os requisitos legais impostos, venham de onde vierem."

O membro João Carlos Figueiredo interveio. Anexo 9

Não havendo mais intervenções foi colocado à votação a estrutura dos serviços municipais foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.7 Análise, discussão e votação do Mapa de pessoal para 2020

O senhor presidente da câmara interveio:

"Inerente à estrutura orgânica, vem o mapa de pessoal para 2020. Já referi que este mapa de pessoal prevê algum incremento em assistentes operacionais. Também prevê um ou outro ajustamento em relação a quadros que estamos a necessitar. Como é sabido temos alguns atuais chefes de divisão que estão a aposentar-se, brevemente, pelo que também é preciso estruturar a administração para que não haja um colapso de serviços de um dia para o outro."

Não havendo intervenções, colocado à votação o mapa de pessoal para 2020 foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.8 Análise, discussão e votação da adesão à EIMAR

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos

2.9 Análise, discussão e votação de Contratos Interadministrativos a celebrar com Juntas / Uniões de Freguesias

Não houve intervenções.

Colocado à votação, os contratos interadministrativos foram aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.10 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a Junta de Freguesia de Parada de Gonta

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

2.11 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Freguesias de Vilar de Besteiro e Mosteiro de Fráguas

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral,

Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.12 Análise, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Tondela e a União de Vilar de Besteiros e Mosteiro de Fráguas

Não houve intervenções.

Colocado à votação, o contrato interadministrativo foi aprovado por unanimidade com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

2.13 Outros assuntos de interesse para o concelho

Foi colocada à votação a moção apresentada pelo membro João Carlos Figueiredo, no âmbito da Centro Hospitalar Tondela / Viseu, tendo a mesma sido aprovada por

unanimidade pelos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Martinho Rodrigues, Abílio Santos, Cristiana Ferreira, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, Nelson Almeida, Alfredo Cabral, Belmiro Gomes, João Carlos Figueiredo, Gonçalo Pereira, Ana Maria Leão, Luciano Costa, António Ferreira, Firmino Melo, José António Dias, Luís Fernando Pereira, João Paulo Ferreira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, António Fernandes Pereira, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

3-Período aberto ao Público

Não havendo mais nada tratar, o presidente da assembleia deu por encerrada a assembleia, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

O Presidente: Carlos Cunha

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

GNDOJ

Moção

Pela melhoria das respostas clinicas e da prestação dos cuidados de saúde das unidades hospitalares do Centro Hospitalar Tondela

Considerando que:

1. O Serviço Nacional de Saúde é um pilar da democracia e um elemento determinante para a coesão e progresso social dos nossos territórios;
2. O direito à saúde é um dos direitos básicos consagrados na Constituição da Republica e uma ferramenta determinante na prossecução de tal objetivos;
3. A prestação dos cuidados de saúde a agudos é, a par dos cuidados de saúde primários, uma necessidade básica para a vida e o bem-estar das nossas populações;
4. A capacidade de resposta levadas a cabo por parte ~~de alguma~~s das unidades hospitalares do Centro Hospitalar Tondela Viseu começa a dar fortes sinais de incapacidade;
5. Os investimentos previstos naquele Centro Hospitalar tardam em ser concretizados, agravando a essa incapacidade e causando constrangimento e prejuízos injustificáveis ás populações que servem;

Assim, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Tondela apresenta esta moção na sessão de 19 de dezembro de 2019, solicitando:

Que o conselho de administração do Centro Hospitalar Tondela/Viseu desencadeia, rapidamente, junto do governo do país, todos os procedimentos necessários para a concretização das imperiosas obras de ampliação e requalificação das Urgências do hospital de São Teotónio; com apelo à urgência assumida do ponto de vista dos fundos comunitários, e cujo início das obras tem vindo a ser adiado de forma incompreensível e

Que seja reforçada a capacidade de resposta da unidade Cândido de Figueiredo daquele Centro Hospitalar, valorizando e apostando na capacidade técnica e humana dos seus recursos;

Que seja publicamente comunicada a decisão do governo quanto à instalação e respetivo calendário de concretização do Centro Oncológico naquele Centro Hospitalar.

Desta moção seja dado conhecimento ao Sr. Primeiro Ministro, à Sra Ministra da Saúde, aos Grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e ao Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu

anexo 2

Cumprimentos,

Na passada sexta-feira, foi dado a conhecer, pelo Governo em funções, a proposta de orçamento de estado para o ano de 2021.

Ainda sem um sentido de voto declarado por parte da bancada do PSD, desde logo é mais um orçamento que em nada volta a favorecer a nossa região.

Falo-vos em concreto, da fatia financeira no orçamento, destinada às obras de requalificação do IP3, são cerca de 7 milhões de Euros, que mais uma vez, à estilo socialista, propagandeiam tal feito, como se fosse uma forte intenção de investir neste itinerário, escondendo o compromisso plurianual já existente.

Diariamente são milhares de pessoas que circulam naquele itinerário, é uma das artérias principais de acesso à nossa cidade, e passados cerca de seis meses do inicio das obras de intervenção, não conseguimos ter uma resposta clara ao seu prazo de conclusão e qual a verdadeira fonte de financiamento? Isto é o que realmente gostaríamos de saber, visto termos um governo que aumenta ano para ano a carga fiscal dos contribuintes, que se preocupa mais em cativar do que em investir e que avalia todas as obras de intervenção no IP3 em cerca de 134 milhões de euros, não havendo ainda projeto de execução para intervenção nos próximos troços, e que nunca aceitou, tambem por obrigações politicas derivadas da geringonça, privatizar uma obra que carecia de um forte investimento.

É caso para desconfiar de como será o futuro do IP3, mas temos a certeza de que para o interior do País, foi este governo, que até criou um Ministério para a coesão territorial apregoando a defesa da mesma, que fez uma opção ideológica que esperamos não colocar em causa a vida de todos os que diariamente circulam naquela estrada.

anexo 3

Relatório da atividade da Câmara Municipal de Tondela

(de 02 de setembro a 12 de dezembro 2019)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

1-

Começo esta minha intervenção aludindo aos trabalhos de reabilitação de infraestruturas, que foram afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, cujas empreitadas são comparticipadas pelo Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE).

A candidatura do Município de Tondela ao FSUE ascende aos 2 milhões de euros e integrou um conjunto de obras, tendo uma delas sido executada pouco tempo depois dos incêndios de 2017, já que previa a demolição de edifícios, em muitas povoações do concelho, que ameaçavam a segurança nas vias públicas, bem como o tratamento de resíduos.

Começou por ser feito o que era urgentíssimo, deixando-se para depois outras frentes de trabalho, nomeadamente as reparações na estrada 1525, de Dardavaz até ao Borralhal; a estrada que liga a ER 228 até ao início da povoação da Amosa, e após esta povoação, até ao cruzamento do Borralhal e Vale; a estrada 1497 entre o cruzamento da ecopista em Canas da Santa Maria e Lobão da Beira; a estrada 228 de acesso à A25 e Boa Aldeia. E por fim a ER 337 entre Sangemil e Teomil.
Sublinham-se ainda as intervenções, em várias áreas do concelho, nas medidas de proteção e segurança, com colocação de rails, seja em zonas onde o risco ficou evidente por força da destruição de toda a área florestal, a par da reparação de rails que foram danificados pelos incêndios.
Frisamos também a intervenção nas rampas de acesso aos Moinhos em Souto Bom e no edifício de acolhimento, bem como na Estação de Arte Rupestre de Moleiinhos, onde foi feita a beneficiação das plataformas de circulação e do elemento de entrada; e ainda o muro de suporte em Moleios, junto à SMIR, sob pena de haver um desabamento daquele talude para o eixo da estrada.
As intervenções, nomeadamente na reabilitação da rede rodoviária, resultaram de áreas percorridas pelos incêndios e onde a carga térmica induziu graves consequências na estrutura rodoviária, nomeadamente no que foram os danos causados na elasticidade dos próprios materiais, do betuminoso, assim como na sua longevidade e condições de durabilidade.
Em alguns casos estas intervenções, apesar de ainda haver danos nas zonas confinantes, como por exemplo em Lobão da Beira ou dentro da povoação da Amosa, não foram integrados no FSUE, por ser em espaço com densidade mais

urbana e quisemos assegurar que todas as intervenções assegurassem a fundamentação técnica para tal.
Em suma, tratou-se de uma tarefa de grande exigência, para se conseguir dentro dos prazos previstos satisfazer todos os compromissos.
Neste momento preparamo-nos para concluir as tarefas que, não sendo enquadradas no FSUE, são necessárias, como é o caso do já referido troço em Lobão da Beira, Amoea ou também em outras zonas do concelho.

2-

Gostaria também de dar nota de que continuamos, de forma muito diligente e empenhada, a trabalhar para levar para o terreno as grandes obras, relacionadas com a ZIM de Tondela e o Centro Tecnológico. Estas só dependem do visto do Tribunal de Contas.
Em relação ao Centro Tecnológico e do Empreendedorismo, a obtenção do seu visto deve estar muito próximo. Já em relação à ZIM de Tondela, com os seus cinco blocos de intervenção, estão também a aguardar visto do Tribunal de Contas.
São dois investimentos muito importantes, pelo que, assim que estejam conseguidos os vistos, avançarão com grande celeridade, pois são obras muito estruturais.
Ainda no domínio de obras que estão em execução, sublinha-se também a empreitada da remodelação da rede de água e saneamento, e de novas captações, reservatório, adução e distribuição à vila do Caramulo.
É uma obra que, no domínio do reservatório de abastecimento já está numa fase muito acelerada. Seguir-se-á a fase da captação e, ao mesmo tempo decorrem trabalhos de remodelação da rede, principalmente de saneamento.
Destaco que esta é uma obra que tem preocupações pela morosidade, pois o nível de trabalho e de progresso na abertura de valas, considerando o tipo de solos do Caramulo, não tem a celeridade que por vezes ocorre noutros locais.
Encontra-se também numa fase muito avançada a ligação de água e a rede de distribuição na povoação de Várzea do Homem: todos os trabalhos do Borralhal até à Várzea do Homem estão executados.
Esclareço que não foram feitas pavimentações dentro da Várzea do Homem, na parte urbana, pois ainda estão a decorrer trabalhos na ligação a esta povoação.
De igual forma, estão também praticamente concluídas as ligações da rede de águas residuais da povoação do Carvalhal de Mouraz e a antiga ETAR da povoação de Mouraz que, como é sabido, através de uma estação elevatória, terá estas águas residuais conduzidas para a ETAR do Couço.
Todas as redes estão executadas, as pavimentações das valas já foram executadas e, neste momento, estamos apenas dependentes da ligação da energia elétrica para que esta estação elevatória possa operar e, consequentemente sejam desativados o poço existente na povoação de Carvalhal de Mouraz e uma ETAR obsoleta em Mouraz.
Importa ainda referir que, na povoação de Valverde, estão praticamente concluídos os trabalhos da rede saneamento e da rede de água, bem como as pavimentações.
Aqui, procurou conciliar-se aquilo que era a expetativa local da população na reabilitação da Rua Principal e do núcleo mais antigo, mantendo aí a

pavimentação em paralelo e levando o asfalto a outros arruamentos desta povoação, onde se inclui também a Rua do Estoril que, durante algum tempo, sofreu obras de beneficiação e está agora concluída.
Por fim, estamos a intervir na conclusão dos trabalhos de Moleirinhos, onde o que está em causa é só, nesta fase, a conclusão da estação elevatória.

3-

A par das obras, continuamos também com um trabalho de valorização do território, na sua afirmação no contexto regional e na captação de investimento.
Exemplo disso foi a primeira Jornada, realizada em parceria com o jornal Expresso, onde foi bem notório, pelos intervenientes, principalmente nos painéis ligados à área económica, a vitalidade económica do concelho de Tondela, bem como a sua pujança do ponto de vista regional e a afirmação que tal representa para a economia local.
Destaco aquilo que foi citado pelo economista Daniel Bessa, que disse claramente que neste perímetro do sul do distrito, alguns concelhos evidenciaram sinais de crescimento, mas de todos o que melhor indicador representa foi, de facto, o concelho de Tondela.
Chegou mesmo a defender uma alteração em sede de IRC, que pudesse ser fator diferenciador para concelhos como Tondela, na instalação de empresas nucleares para a economia nacional.
Esta ação de captação de investimento e de projeção é bem notória, aos quais não são estranhos os sinais de aumento de oferta de trabalho nas empresas existentes no concelho de Tondela e, em alguns casos até, perspetivando-se investimentos futuros para aumentar a sua quota de trabalho e capacidade produtiva.

4-

Neste período foram várias as ações que mereceram o envolvimento permanente do Município de Tondela, com visita a várias freguesias, mas também com um conjunto de reuniões com diferentes instituições e entidades, com destaque para a CCDR-C, CIM Viseu Dão Lafões, Planalto Beirão, Adices, APA, bem como algumas IPSS do concelho e várias empresas.
Não podia deixar também de colocar no centro do debate, para reflexão e construção de um pensamento futuro, aquilo que continua a estar no centro das preocupações próximas, que se prende com a descentralização.
No universo das competências a descentralizar, nomeadamente do domínio da educação e da saúde, carece de uma avaliação cuidada, ponderada e sustentada, razão pela qual o Município de Tondela pretende desencadear um estudo que nos permita perceber quais os investimentos necessários para a reabilitação de edifícios, no domínio da educação, mas também da saúde.
Estes domínios são muito importantes e, se isto não for acautelado, o paradigma normal de funcionamento destas autarquias pode ser claramente subvertido, em função desta delegação de competências ou transferência de responsabilidades.
Se não forem devidamente acautelados os meios financeiros, poderá por em perigo a qualidade que se pretende para estes serviços. Se o que está no âmbito

desta descentralização é fazer igual ou pior, então não vale a pena estarmos a avançar por este caminho.
Se o fator de proximidade das autarquias locais e o seu conhecimento mais próximo dos problemas pode ser algo positivo, e entendemos que o é, tem de ter instrumentos financeiros para poder responder aquilo que são os desafios, exigências e expetativas e necessidades destas áreas temáticas de desenvolvimento.
Não deixo aqui de sublinhar um apelo para que todos possamos ir aprofundando esta reflexão, sob pena de acordarmos em 2021 e sermos confrontados com novas competências para as quais não existem recursos, nem meios, nem condições de funcionamento.
Julgo que era muito importante termos esta reflexão e ponderação.
Não nos parece ser o principal foco de preocupações a regionalização e é nesta perspetiva que nos parece ser bem ponderada a intervenção do senhor Presidente da República, aquando da abertura do congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em que pede uma serenidade capaz de levar a que a maturidade da avaliação seja bem-sucedida, sendo que jamais será enquadrável que estas temáticas não passem por uma solução de referendo.
Um referendo pensado, estruturado, quando o país sentir essa necessidade, mas ainda há muito caminho a percorrer, resultante da descentralização e da consolidação das medidas que daqui virão associadas.
É importante dar um passo de cada vez e que esses passos sejam certos e seguros.

O presidente da Câmara Municipal de Tondela,

José António Jesus

Tondela, 12 de dezembro de 2019

Anexo 4

SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE TONDELA

1. INTRODUÇÃO

No cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), apresenta-se de seguida informação relativa à situação financeira do Município, no período compreendido entre 01 de janeiro e 12 de dezembro de 2019.

2. RECEITA

2.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

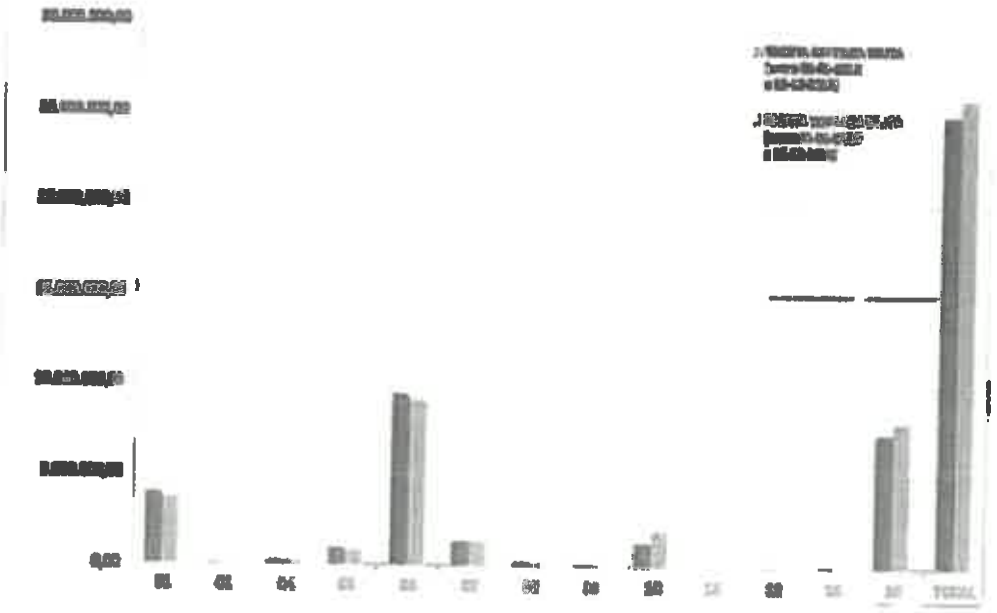
Período: 01-01-2019 a 12-12-2019

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		RECEITA PREVISTA CORRIGIDA	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (84,29%)	PESO DA EXECUÇÃO DESTA RUBRICA NA RECEITA TOTAL
Receitas Correntes		19.211.088,49	16.736.643,82	80,87%	-14,12%	88,88%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.501.114,19	3.710.691,53	82,43%	-1,86%	14,53%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	80.040,00	74.867,91	84,53%	+0,19%	0,29%
04	TAXAS,MULTAS,E OUTRAS PENALIDADES	291.501,00	397.503,28	136,43%	42,04%	1,54%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.206.500,00	833.874,60	71,10%	-13,19%	3,55%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.400.000,00	9.196.760,77	80,67%	-3,62%	36,55%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.510.995,30	1.488.838,20	98,53%	+14,07%	5,80%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	110.000,00	80.891,87	83,30%	-0,97%	0,32%
Receitas de Capital		19.900.000,00	2.999.830,34	13,13%	-71,17%	11,91%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	91,00	20.000,07	100070,00%	15838,78%	0,11%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.900.000,00	2.040.000,00	10,25%	-81,05%	7,95%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	-		-	-	-
16	OUTRAS RECEITAS CAPITAL	0,00	81.911,03	100000,00%	100000,71%	0,00%
13	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	50.000,00	45.000,00	90,00%	+5,71%	0,18%
15	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	5.000.000,07	5.000.000,07	100,00%	5,71%	21,10%
TOTAL GERAL		43.000.000,00	25.000.000,00	58,12%	-26,17%	100,00%

Da análise ao quadro síntese da execução orçamental da receita verifica-se que, a receita cobrada bruta atingiu, neste período, o montante total de 25.950.979,92€, com um grau de execução de receita cobrada bruta corrente de 20,67%, e de capital de 13,12%.

O desvio face ao grau de execução padrão é negativo e representa no global 35,27%, sendo que, 14,12% refere-se a receita corrente e 81,67% refere-se a receita de capital.

2.2. EVOLUÇÃO DA RECEITA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima, é possível concluir que, globalmente, o nível de execução da receita registada, no período em análise, quando comparado com o registado no período homólogo, apresenta uma variação positiva.

8. DESPESA

8.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

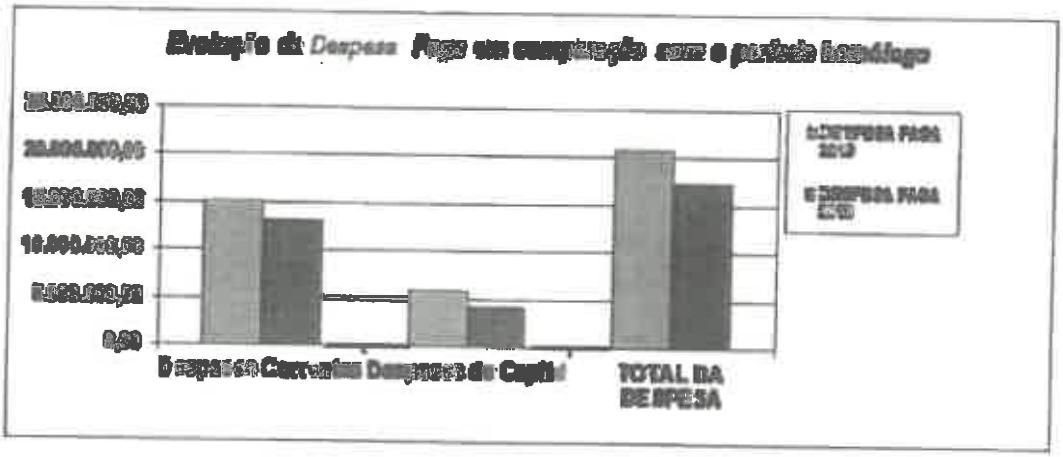
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DESPESA PAGA	GRAU DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO FACE AO GRAU DE EXECUÇÃO PADRÃO (50%)	PESO DA EXECUÇÃO DE CADA RUBRICA NO TOTAL
	Despesas Correntes	21.337.946,91	15.062.041,00	70,56%	-23,87%	72,22%
01	Despesas com Pessoal	8.068.888,00	5.310.141,01	67,88%	-47,81%	25,47%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10.709.194,91	6.854.899,76	61,39%	-38,61%	32,87%
03	Juros Outros Encargos	30.015,00	30.101,48	61,03%	-6,97%	0,14%
04	Transferências Correntes	4.918.849,00	3.869.899,00	78,67%	-33,33%	14,55%
07	Outras Despesas Correntes	341.299,00	191.898,75	56,23%	-38,91%	0,92%
	Despesas de Capital	22.493.890,84	5.793.827,49	25,86%	-24,14%	27,78%
07	Aquisição de Bens de Capital	15.340.790,27	3.894.226,80	25,77%	-75,23%	18,18%
08	Transferências de Capital	6.858.870,57	1.891.614,73	25,12%	-24,88%	8,68%
09	Ativos Financeiros	78.570,00	69.187,00	88,06%	+38,06%	0,33%
10	Passivos Financeiros	948.000,00	930.000,00	97,79%	47,79%	4,46%
11	Outras Despesas de Capital	35.661,00	0,00	0,00%	-50,00%	0,00%
TOTAL		43.831.837,75	20.855.868,49	47,58%	-46,99%	100,00%

Da análise ao quadro síntese de execução orçamental da despesa verifica-se que, a despesa paga atingiu, neste período, o montante total de 20.855.868,51€, com um grau de execução de despesa paga corrente de 70,56%, e de capital de 25,86%.

O desvio face ao grau de execução padrão é negativo e representa no global 46,99%, sendo que, 23,88% refere-se a despesa corrente e 68,89% refere-se a receita de capital.

Importa, no entanto, salientar que a análise se refere a despesa paga, pelo que, investimentos estruturantes para o Município e com grande impacto na despesa de capital prevista, como sejam a Requalificação da Zona Industrial de Tondela, Centro Tecnológico de Empreendedorismo, ETAR da ZIM do Lagado, ou mesmo, Sistema de Abastecimento de Água ao Domicílio e Saneamento ao Caramulo, encontram-se, em fase de adjudicação, compromisso, ou a aguardar visto do Tribunal de Contas, ou ainda, com visto recente e a aguardar faturação.

3.2. EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA POR COMPARAÇÃO COM PERÍODO HOMÓLOGO



Da análise do gráfico acima, é possível concluir que, a despesa paga, no período em análise, é superior, quando comparada com o período homólogo.

3.3. EXECUÇÃO DE COMPROMISSOS

Período 01/01/20 a 12-04-20

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		DOTAÇÃO CORRIGIDA	COMPROMISSOS	GRAU DE EXECUÇÃO DOS COMPROMISSOS
CAP.	DESIGNAÇÃO			
Despesas Correntes		21.227.040,91	16.888.638,77	87,56%
01	Despesas com Pessoal	6.000.000,00	5.466.830,79	90,80%
02	Aquisição de Bens e Serviços	10.760.194,91	9.073.348,91	84,32%
03	Juros Outros Encargos	93.013,00	88.191,45	91,02%
04	Transferências Correntes	4.013.043,00	3.772.254,62	93,92%
08	Outras Despesas Correntes	341.256,00	211.213,00	61,91%
Despesas de Capital		22.403.659,54	12.467.669,53	55,66%
07	Aquisição de Bens de Capital	18.343.760,87	9.233.770,53	50,34%
08	Transferências de Capital	3.913.729,67	2.457.674,74	74,47%
09	Activos Financeiros	72.375,00	72.375,00	100,00%
10	Passivos Financeiros	646.269,00	644.702,59	99,92%
11	Outras Despesas de Capital	28.531,00	28.528,44	99,99%
TOTAL		43.630.639,45	31.023.653,30	71,13%

Através da análise do quadro acima verifica-se que o grau de execução dos compromissos referente a despesa corrente é de 87,56% e referente a despesa de capital é de 55,36%, o que resulta num grau de execução dos compromissos global de 71,11%.

O total dos compromissos assumidos, à data de 12/12/2019 é de 21.088.893,60€.

3.4. Compromissos Plurianuais

Considerando que Assembleia Municipal aprovou, no artigo 10º da Norma de Execução Orçamental dos Documentos Previsionais de 2019, na reunião do dia 17 de dezembro de 2018, uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos em que:

a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove Euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico e/ou financeiro de investimentos e outras despesas.

Informa-se que os compromissos plurianuais assumidos no período entre 24/08/2019 e 12/12/2019, são os elencados no quadro abaixo.

COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS DE 24/10/2019 A 12/11/2021				
Descrição sumária do compromisso plurianual	2020	2021	2022	Seguintes
AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO	17.411,80 €	11.[illegible] 27 €		
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA APOIO À CONCLUSÃO 2ª FASE DAS OBRAS E FORNECIMENTO EQUIPAMENTOS PARA EDIFÍCIO DESTINADO AO LAR, CRECHE, CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO	30.000,00 €			
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA APOIO FUNCIONAMENTO E ATIVIDADE [illegible] DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS	2.400,00 €			
PROTOCOLO APOIO AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO GINÁSTICA - FUNCIONAL	1.000,00 €	5.000,00 €		
2ª FASE - OBRA, RECLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO - LOTE A - RECLASSIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES	204.691,32 €			
2ª FASE - OBRA, RECLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO - LOTE B - CONSTRUÇÃO DO NOVO PAVILHÃO DE ESTACIONAMENTO	201.[illegible],00 €			
2ª FASE - OBRA, RECLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO	211.[illegible] 29 €			
ATUALIZAÇÃO DA CARTA RADIAL DE TONDELA	11.[illegible] 35 €			
FORNECIMENTO CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS BALNEÁRIOS E TERMAS DE SANGEMIL	2.398,05 €	1.676,88 €		
FORNECIMENTO CONTÍNUO DE CONSUMÍVEIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA EDIFÍCIOS BALNEÁRIOS E TERMAS DE SANGEMIL - TERMAS	5.999,40 €	4.469,52 €		
RECLASSIFICAÇÃO FASE DO CONCELHO - 2ª FASE - BLOCO B	280.726,48 €			
OBRA-NOVA, RECLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO - LOTE 2 - LOTE B: AMPLIAÇÃO DAS REDES-INFRAESTRUTURAS DA ZONA NORDESTE PI E RECLASSIFICAÇÃO DA EN 230 ENTRE O NÓ DA IP3 E A ROTUNDA DA R. DO P	192.[illegible],84 €	220.[illegible]7,83 €		
2ª FASE - OBRA, RECLASSIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO - LOTE 2 - LOTE C: AMPLIAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS (ABERTURA E REPAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO NORTE PI E)	240.388,86 €			
LICENCIAMENTO SOFTWARE COLOR ADD	[illegible] 80 €	[illegible] 80 €		
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO PAIRES ESCOLARES ANO LETIVO 2019/2020	220.[illegible],20 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO PAIRES ESCOLARES ANO LETIVO 2020/2021	7.[illegible],00 €			
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO APOIO AO PROJETO-PILOTO "PROGRAMA HABITAÇÃO PARA TODOS" DE JANEIRO DE 2020 A FEVEREIRO DE 2020	26.[illegible],70 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO ÂMBITO SISTEMAS VÍDEO VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO [illegible]	12.[illegible],75 €	11.[illegible],00 €		
PROTOCOLO COLABORAÇÃO ÂMBITO SISTEMAS VÍDEO VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO [illegible]	[illegible],41 €	[illegible],40 €		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE TONDELA	30.[illegible],60 €	[illegible],[illegible] €	30.521,40 €	
CELEBRAÇÃO E INTERVENÇÃO DE ATIVIDADE DE PREVENÇÃO SOCIAL, COM OS ALUNOS DO 2º CICLO DO ENSINO BÁSICO	6.[illegible],72 €			
REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2020/2021, PARA AS CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO DE TONDELA - LOTE 1	26.[illegible],28 €			
REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2020/2021, PARA AS CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO DE TONDELA - LOTE 7	17.[illegible],48 €			
REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2020/2021, PARA AS CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO DE TONDELA - LOTE 8	31.[illegible],44 €			
REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2019/2020, PARA AS CRIANÇAS DOS JARDINS DE INFÂNCIA E ALUNOS DAS ESCOLAS BÁSICAS DO CONCELHO DE TONDELA - LOTE 9	21.[illegible],28 €			
AQUISIÇÃO DA PLATAFORMA ELETRÓNICA DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS URBANÍSTICOS + PROJETO "NO PAPER"	2.[illegible],20 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO EXECUÇÃO MUROS ARTE E MURAL	[illegible] €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO REABILITAÇÃO POLIDESPORTIVO CARVALHAL MOURAZ	50.[illegible],00 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO GINÁSTICA DESPORTIVA	1.[illegible],00 €	1.[illegible],00 €		
SEGURANÇA NO E EXÍGIOS NO TRABALHO	[illegible] €			
ATUALIZAÇÃO DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL - PDM	10.[illegible],70 €			
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO PRÉ-ESCOLAR E REFEIÇÕES ESCOLARES 2020 E 2021	15.[illegible],00 €	15.[illegible],00 €		
PROTOCOLO COLABORAÇÃO APOIO SUBSTITUIÇÃO PORTAS E JANELAS EM [illegible] PARA A CONTA	4.[illegible],00 €			

4. Conclusão

Estando decorridos 346 dias do ano de 2019, temos um grau de execução padrão de 94,79%, e um grau de execução de receita cobrada bruta de 59,52%, um grau de execução de despesa paga de 47,80% e um grau de execução de compromissos assumidos de 71,19%

Tondela, 12 de dezembro de 2019

A Chefe de Divisão de Economia e Finanças,

ANEXO. 5

PS

Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Srs. Deputados Municipais

Sr. Presidente da Câmara

Sras., Srs.,

Comunicação Social

Como aqui referi na reunião de 22 de Fevereiro passado esta Assembleia é o Órgão Político máximo do nosso Município, a quem compete legalmente discutir e aprovar as orientações de Política Municipal consubstanciada nos Planos Plurianuais e Anuais de investimento e Actividades e respectivos Orçamentos de Suporte propostos pela Câmara Municipal e outros documentos necessários ao desempenho de actividades directamente ou indirectamente desenvolvidas no Município.

Legalmente compete também a esta Assembleia acompanhar e fiscalizar politicamente a actividade da Câmara Municipal e apreciar para aprovar ou não aprovar a Prestação de Contas, em termos anuais e também da actividade ao longo de cada ano e seu impacto no desenvolvimento municipal e na imagem do Município, apreciação para que a lei obriga o Presidente da Câmara a apresentar uma informação escrita sobre a actividade desenvolvida em cada Assembleia Municipal Ordinária. O Presidente da Câmara e o Executivo Municipal respondem, pois, perante esta Assembleia, não só do ponto de vista dos dos processos jurídico-administrativos e contabilísticas, mas sobretudo do ponto de vista político da adequação dos resultados conseguidos nos vários aspectos das competências municipais em função das políticas e planos nela aprovados e da imagem e bom nome do Município.

No passado dia 5 do corrente mês fomos todos confrontados com a divulgação pública DIAP-Coimbra da informação de que havia deduzido acusação contra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela e contra o Sr. Vereador Pedro Adão, seu substituto legal, por crime de peculato e falsificação de documento em resultado da investigação que conduzira coadjuvado pela Polícia Judiciária de Coimbra. E que, em consequência dessa acusação requerera aquele departamento do Ministério Público a perda de mandado dos dois autarcas.

O PS de Tondela sempre se manifestou contra os julgamentos na praça pública promovidos através da Comunicação Social ou outros procedimentos semelhantes, quando são divulgadas denúncias anónimas ou informações que estão sujeitas a segredo de justiça, sendo a nossa intervenção ao longo dos antecedentes deste caso exemplo disso. E além disso sabe bem distinguir entre o que é uma acusação deduzida por quem tem competência para o fazer, o Ministério Público, e a decisão final sobre a mesma que só poderá ser tomada nos lugares competentes que são os tribunais. Por isso para nós, do ponto de vista estrito do processo judicial, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Pedro Adão só serão culpados dos crimes que agora lhe são imputados após sentença judicial transitada em julgado,

Independentemente de terem reconhecido que receberam indevidamente verbas que já repuseram.

Mas esta Assembleia é um órgão político e é nesse plano político que o Sr. Presidente da Câmara e o Executivo Municipal respondem perante ela, detentora das competências de fiscalização da actividade do Executivo.

E nesse plano de avaliação política os eleitos do Partido Socialista vêm aqui, olhos nos olhos, afirmar que consideram que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Pedro Adão deixaram de ter as condições políticas desejáveis para continuarem a exercer as suas funções até que uma decisão judicial os venha a eventualmente a ilibar das acusações que agora lhe foram imputadas com o consequente requerimento de perda de mandato.

Queremos dizer aqui também que não temos qualquer satisfação por sermos forçados, em nome dos princípios éticos de administração republicana, a tomar esta posição. Pelo contrário, sentimos muito que este caso tenha consequências na credibilidade do Município e contribua para minar também a credibilidade de todos nós, com as inevitáveis generalizações populistas que se fazem em todas estas situações.

Por isso, como já afirmámos publicamente, entendemos que seria desejável que os Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador Pedro Adão se afastassem do exercício de funções até decisão do processo judicial que se vai seguir. Mas essa, que nos parece ser a atitude que a ética aconselha, é uma decisão que só pode ser tomada pelos próprios.

E não vale a pena alguém vir dizer que estamos a querer fazer julgamentos em praça pública. É que estamos perante um caso de acusação formal do Ministério Público que é conhecido não por qualquer violação do segredo de justiça, mas sim por divulgação daquele órgão judicial. E relembramos que conhecendo nós, desde de Junho de 2017, a denúncia anónima e os documentos que a acompanharam na origem da investigação que levou à presente acusação só sobre o caso tomamos posição quando o mesmo foi divulgado publicamente por uma estação de televisão, por considerarmos que competia às autoridades a quem a denuncia foi apresentada fazer a s devidas averiguações e apresentar conclusões. E não fazer acusações sem qualquer fundamento sólido, essas sim que dariam lugar a julgamentos na praça pública.

Compete ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Vereador Pedro Adão tomarem ou não a decisão que sugerimos e tomar providências, dentro do seu pleno direito de defesa, para que a decisão judicial sobre o caso seja o mais célere possível.

O Partido Socialista de Tondela recomendaria e recomendará a autarcas seus eleitos que sejam confrontados com situações deste tipo que se afastem de funções, sob pena da retirada da confiança política, já que para além disso legalmente não pode outra coisa fazer. E neste caso continuará a acompanhar o caso e, neste local através dos seus eleitos, ou publicamente, tomará as posições que considerar relevantes.

Disse

Pelo Grupo do Partido Socialista.

Rui Santos

anexo 6

Assembleia Municipal de Tondela, 19/12/2019

Bom dia...

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Tondela e restantes elementos da mesa,

Exmo. Sr. Presidente do Município de Tondela e restantes Vereadores,

Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal, Presidentes de Junta e demais autarcas,

Comunicação Social...

Meus senhores e minhas senhoras,

Começo a minha intervenção com uma palavra de apreço ao senhor presidente da câmara e executivo relativamente à fixação da taxa de IMI (Imposto Municipal de Imóveis) fixada no valor mínimo de 0,3% a aplicar a todos os prédios urbanos e de 0,8% para os prédios rústicos.

De salientar a menorização de 30% em relação aos prédios urbanos das áreas territoriais onde ocorrem operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação nas áreas onde ocorreram os fatídicos incêndios de 2017.

Por outro lado, pretende-se incentivar a reconversão urbana, ou seja, recorrendo à majoração da taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados ou abandonados há mais de um ano triplicando a respetiva taxa.

Desta forma o executivo mantém a cobrança do IMI em valores mínimos, pois não penaliza as famílias, sobretudo as mais carenciadas, por si só já endividadas, na sua maioria, pelas hipotecas bancárias e com dificuldades em cumprir os seus compromissos a este nível.

Podemos também afirmar que é com certeza uma solução positiva para aumentar a competividade do nosso território, podendo atrair mais população ao nosso concelho.

Este facto acontece pela excelente gestão pública da nossa câmara que reflete a boa situação económica que se verifica na autarquia, não descurando ao mesmo tempo mais investimento e vantagens a todos os munícipes em vários níveis.

Por isso, senhor presidente da câmara, o PSD felicita-o pela assertividade na defesa e na equidade fiscal praticada neste concelho.

Para concluir, nunca é demais sublinhar a importância de ter a coragem de manter os impostos nos mínimos, sabendo que desta forma promovemos a justiça social, ajudando diretamente os maiores agregados familiares, que por norma são os mais desfavorecidos.

É por estas e todas as outras razões que é cada vez mais uma região de BEM-ESTAR.

O Membro da Assembleia

(Paulo Roberto Carvalho)

anexo I

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tondela

Sra. e Senhores Vereadores

Sras. e Srs. Membros da Mesa

Srs. Presidentes de Junta de Freguesia e Uniões de Freguesia

Caros Membros desta Assembleia

O Orçamento e as GOP's aqui apresentadas pelo executivo camarário, na pessoa do seu Presidente e que mereceu já a aprovação no âmbito desse órgão, emerge após a conclusão da dura tarefa que foi o reerguer do concelho, assolado pela dura realidade que se viveu em Outubro de 2017. Tarefa, relembro, elogiada pelos mais insuspeitos actores políticos, dos mais diversos quadrantes, particularmente a acção que foi desenvolvida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Os presentes documentos, sujeitos a sufrágio prévio pelos diversos partidos sem funções executivas camarárias, no pleno cumprimento do que determina o Estatuto do Direito da Oposição, incorpora em nosso entendimento o manto do rigor, da seriedade e da competência e visa claramente ir ao encontro dos anseios dos tondelenses.

Estão pois reunidas as condições para se concretizar um vasto conjunto de obras, pois que num valor previsto de receita e despesa de mais de trinta e três milhões de euros, mais de dezoito milhões de euros estão previstos como despesas de capital, o que significa investimento.

Dos documentos que agora nos foram apresentados, merece destaque a aposta evidente que se continua a fazer nas áreas do acolhimento industrial, no ambiente e na educação. No âmbito dos parques industriais, releva o investimento previsto de cerca de três milhões de euros na ZIM`s, do concelho, particularmente no Lagedo e na Adiça, o que prova o empenho do executivo na criação de condições para a atracção de investimento e consequente criação de emprego e riqueza, consolidando o concelho em posição liderante na nossa região no que a esta matéria diz respeito. Tondela é hoje, indiscutivelmente, um concelho com forte atractividade face à vastíssima oferta de emprego existente, sendo tal facto motor indiscutível de desenvolvimento económico, bastando olhar para o forte incremento no sector da construção civil, até há bem pouco estagnado, como sinal desse facto. E é nossa convicção de que

este desenvolvimento económico será crescente com a efectiva concretização da obra do Centro Tecnológico e de Empreendedorismo, com uma verba prevista em Orçamento, a rondar os dois milhões e meio de euros.

Também na área ambiental a aposta é efectiva, com uma previsão de gasto entre obras e projectos na ordem dos quatro milhões de euros, particularmente em diversas obras de saneamento, com especial enfoque para a ETAR de Molelos. Ainda nesta área merece o nosso destaque a obra de ampliação do cemitério Municipal de Tondela.

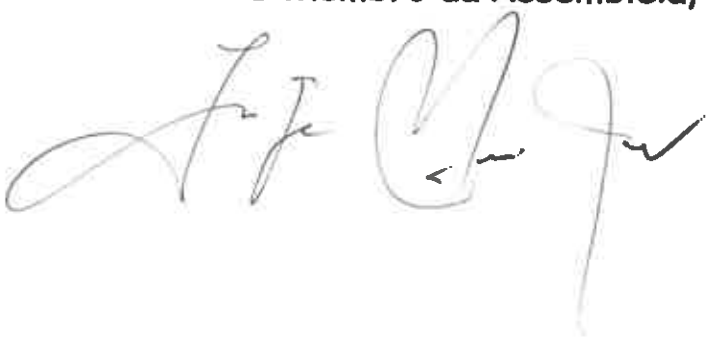
É manifesto o enfoque que é dado à educação, com investimento na reabilitação dos espaços escolares, com especial destaque para a segunda fase da reabilitação da Escola Secundária de Tondela, com as verbas destinadas aos transportes escolares, às refeições escolares, à ação social escolar, ao projeto "regime da fruta escolar". Acresce, os valores suportados pela autarquia com múltiplos funcionários, designadamente auxiliares de acção educativa, que apoiam e asseguram o normal funcionamento das escolas deste concelho.

Destaco ainda quatro pontos e que estão previstas no presente Orçamento e na GOP's para 2020. A reabilitação da extensão de

saúde de Campo de Besteiros, a reabilitação energética prevista para o balneário termal de S. Gemil, a construção do Centro de Recolha para animais e a aquisição e reabilitação de edifícios destinados à habitação social.

O presente Orçamento, é pois a expressão da vontade do executivo camarário em continuar na construção de um território, desenvolvido, coeso e solidário, isto é, na construção de uma região de bem-estar.

O Membro da Assembleia,



PS

Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

Orçamento e PPI do Município 2019

Declaração de Voto

Os eleitos pela candidatura do Partido Socialista à Assembleia Municipal de Tondela analisaram os documentos que integram as Propostas de Plano de Actividades/Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento do Município para 2020 e abstiveram-se na sua votação pelas razões seguintes:

1- Registamos uma evolução na inscrição de novos projectos, alguns dos quais há bastante tempo defendidos pelos eleitos e vereadores do PS que correspondem, no nosso entender a necessidades para resolução de problemas do Concelho e das suas populações, bem como no aumento do número que tem inscritas dotações definidas com montantes significativos.
E registamos também que o tom geral dos documentos e declarações do Sr. Presidente da Câmara é o de que agora é que vai ser, após a resolução dos problemas resultantes dos trágicos incêndios que assolaram o nosso Concelho, dirigindo mesmo no relatório do Orçamento acusações contra "incertos" que não reconhecerão a necessidade de ter havido um empenhamento esforçado dos elementos Câmara com funções executivas nessa resolução.
Pela nossa parte o que continuamos a dizer é que, concordando com a necessidade de dedicar toda atenção à resolução das situações resultantes dos incêndios, a dimensão da equipa política a tempo inteiro, Presidente da Câmara e demais 4 Vereadores com funções executivas e dos gabinetes de apoio político e técnico da Câmara havia condições para ter conseguido uma execução significativamente superior nos programas e projectos anteriormente inscritos no PPI e que agora transitam ou aparecem como definidos para 2020.
A menos que tal tenha decorrido de um modelo de gestão política da Câmara de concentração real das decisões na figura do seu presidente, limitando assim a celeridade de do andamento da execução do PPI devido ao seu empenhamento nos problemas relativos aos incêndios, ou então de uma estratégia de concentração de muitos investimentos e obras em 2020 e 2021,anos em que se preparam as próximas eleições autárquicas e em que importa ter obra em andamento ou conclusão para mostrar;

Daí que nos restem sérias dúvidas se o que esta Proposta de Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento são exequíveis e razoáveis.

2- O Relatório do Orçamento refere capacidade do Município para oferecer emprego, e contém algumas referências à necessidade de se intervir no mercado de oferta de habitação para arrendamento, que se saúdam. Mas

continua não se vislumbrar um programa estruturado que leve à oferta de habitação a preços controlados, que possa favorecer a fixação de novos habitantes mais jovens que consigam emprego no Concelho, pois o que se refere é um tipo de intervenção que promove sobretudo habitação para passagens de curta ou média duração e para estratos populacionais com recursos supriores ao dos trabalhadores das industrias que têm surgido no Concelho. A oferta de habitação a custos controlados é hoje um factor de competividade dos Municípios na fixação de pessoas e não pode ser deixada à livre iniciativa privada, que pelas suas caraterísticas não está vocacionada para tal.

3- Algumas medidas de pormenor e até de caracter simbólico, como sejam a devolução de um percentagem do IRS que é atribuído ao Município, ou outras que não mencionamos aqui exaustivamente mas que podem ser consultadas na declaração de votos dos vereadores do PS na votação na reunião da Câmara Municipal e da declaração de voto que que apresentaram e que nos foi enviada com os documentos desta Assembleia mais uma vez não são consideradas.

Daí que, reconhecendo à maioria o direito de governar segundo as suas opções de política municipal, fiquemos mais um ano, em que esperamos não surjam outras catástrofes que atinjam o Concelho, a aguardar os resultados "deste agora é que vai ser" a fazer a nossa avaliação global do trabalho que venha a ser desenvolvido.

Tondela, 19 de Dezembro de 2019.

Os Eleitos do PS para a Assembleia MUnicipal

anexo 9

A disposição organizativa de uma autarquia deseja-se dinâmica e adaptada ás novas e permanentes respostas que lhe estão acometidas.

A organização dos serviços municipais tem por princípios, entre outros, a aproximação dos serviços aos cidadãos, a desburocratização, a racionalização de meios e da eficiência na afetação dos recursos públicos, a melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e a garantia da participação dos cidadãos;

O documento que agora se apresenta e discute constituiu-se como instrumento fundamental de atuação de decisão na prossecução dos objetivos primeiros do município: proporcionar sempre a melhor e mais eficaz resposta aos nossos munícipes ao mesmo tempo que define e ajusta a missão aos seus colaboradores. em responsabilidade de gestão

Em face disso o nosso voto favorável.

Grupo Parlamentar do PSD